

ATA DA REUNIÃO DE 31/01/2020

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNDÃO

Texto definitivo da ata n.º 2/2020 da reunião ordinária realizada no dia 31 de janeiro de 2020, iniciada às 16:00 horas e concluída às 20:00.

ORDEM DO DIA
REUNIÃO DE 31 DE JANEIRO DE 2020

1 – APROVAÇÃO DA ATA N.º 18 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019.

2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- a) Abertura de crédito sob forma de conta corrente caucionada – ano de 2020;
- b) Incentivo à separação dos resíduos e à sua deposição nos ecopontos pelos utilizadores do sistema de recolha de resíduos do concelho do Fundão;
- c) Aprovação da minuta do contrato-programa a celebrar entre o Município do Fundão e a Freguesia de Castelo Novo.

4 – DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA:

- a) Teresa Botão Martins e Outro – legalização de habitação unifamiliar e arrumos agrícolas;
- b) Amália Gertruda Petronella Cornelissen e Outro – construção de habitação unifamiliar e arrumos agrícolas;
- c) NOS Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. – instalação de infraestruturas de suporte de estação de radiocomunicações e respetivos acessórios – processo n.º 173/19;
- d) NOS – Comunicações, S.A. – autorização para passagem de rede em apoios existentes – processo n.º 217/19;
- e) NOS – Comunicações, S.A. – autorização de passagem da rede em apoios existentes – processo n.º 218/19;
- f) NOS – Comunicações, S.A. – autorização para passagem de rede em apoios existentes – processo n.º 219/19;
- g) NOS – Comunicações, S.A. – autorização para instalação de rede de comunicações eletrónicas em infraestruturas existentes – processo n.º 221/19;
- h) NOS – Comunicações, S.A. – instalação de rede de comunicações eletrónicas em infraestruturas existentes – processo n.º 224/19;
- i) NOS – Comunicações, S.A. – autorização de passagem da rede em apoios existentes – processo n.º 232/19;
- j) NOS – Comunicações, S.A. – autorização para instalação de rede de comunicações eletrónicas em infraestruturas existentes – processo n.º 233/19;

- k) NOS – Comunicações, S.A. – construções de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicação eletrónicas – processo n.º 234/19;
- l) NOS – Comunicações, S.A. – autorização para instalação de rede de comunicações eletrónicas em infraestruturas existentes – processo n.º 235/19;
- m) NOS – Comunicações, S.A. – construções de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicação eletrónicas – processo n.º 236/19;
- n) NOS – Comunicações, S.A. – autorização de passagem da rede em apoios existentes – processo n.º 04/20;
- o) NOS – Comunicações, S.A. – autorização de passagem da rede em apoios existentes – processo n.º 05/20;
- p) NOS – Comunicações, S.A. – instalação de rede de comunicações eletrónicas em infraestruturas existentes – processo n.º 06/20;
- q) NOS – Comunicações, S.A. – autorização para instalação de rede de comunicações eletrónicas em infraestruturas existentes – processo n.º 08/20;
- r) Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Silvares – alteração de edificação para estrutura residencial para idosos;
- s) Salsicharia da Gardunha, Lda. – legalização e ampliação de edifício de indústria tipo 3;
- t) José da Costa Simão Pires – legalização de ampliação de moradia unifamiliar;
- u) António Manuel Martins Mendes – edificação agrícola - legalização;
- v) Comercialização de Materiais de Construção Helbeta, Lda. – construção de pavilhão industrial, comércio/armazém;
- w) Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A. – posto de abastecimento de combustíveis para venda ao público;
- x) Sofia Maria Lucas Domingues – unidade ligada à transformação de produtos agrícolas – legalização e alteração;
- y) Sílvia Pereira Campos Moreira – unidade ligada à transformação de produtos agrícolas – habitação unifamiliar e anexos de apoio agrícola;
- z) Hotelaria & Turismo Carlos Couto, Lda. – ocupação da via pública;
- aa) NOS Comunicações, S.A. – autorização para instalação de cabos em postes na via pública – processo n.º 238/19;
- bb) Sodifundão – Supermercados, Lda. – redução de taxas;
- cc) Alteração do Plano de Pormenor da Área Poente do Fundão – prorrogação de prazo.

5 – INFORMAÇÕES:

- a) Balancete do dia 28 de janeiro de 2020.

ATA N.º 2/2020

Aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano dois mil e vinte, nesta cidade do Fundão, no “Salão Nobre” do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião pública da Câmara Municipal do Fundão, sob a presidência do Senhor Presidente, Dr. Paulo Alexandre Bernardo Fernandes, e com as presenças do Senhor Vice-presidente, Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos e dos Senhores Vereadores, Dra. Joana Morgadinho Bento, Dra. Maria Alcina Domingues Cerdeira, Prof. Sérgio Miguel Cardoso Mendes, Dra. Ana Paula Coelho Duarte e Eng.º Paulo Manuel Pires Águas.

A reunião foi secretariada pela Diretora do Departamento de Administração e Finanças, Dra. Maria Isabel Carvalho Campos.

1 – APROVAÇÃO DA ATA N.º 18 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019

Foi apresentada à Câmara a ata da reunião ordinária realizada no dia treze de dezembro de dois mil e dezanove, já do conhecimento de todos os membros do executivo.

Submetida a votação pelo Senhor Presidente, foi a mesma aprovada por unanimidade e assinada nos termos da lei

2 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Antes de dar início aos trabalhos, o Senhor Presidente e o restante executivo procederam à entrega dos prémios do XI “Concurso de Árvores de Natal” e do XV “Concurso de Presépios”.

Saudou todos os participantes, e de uma forma muito especial, todas as entidades que de certa forma são os parceiros financiadores dos respetivos prémios, nomeadamente, RESIESTRELA, GNR e a Aquafundalia – Águas do Fundão, S.A.

Agradeceu a presença de todos, desejou um bom ano de 2020, e a continuação da participação nestes eventos.

Dito isto, deu início à reunião de câmara.

Deu conhecimento da realização, na cidade do Fundão, do segundo encontro com os parceiros europeus da primeira fase do projeto SIBdev, no âmbito do programa URBACT III,

entre os dias 27 a 29 de janeiro e que a sessão de abertura decorreu no dia 27 de janeiro, segunda-feira, às 18h00, no Salão Nobre da Câmara Municipal do Fundão.

Prosseguindo a sua intervenção, deu conta de uma reunião com a Senhora Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, no âmbito da CIM, sobre o processo de descentralização, em que colocaram algumas questões, e sobretudo partilharam ideias e argumentos sobre este tema. Sobre a questão das competências, disse que, “entretanto já foram aceites, há de facto algumas dúvidas que os municípios têm tido para a operacionalização das mesmas, e era importante, que competências relativamente simples, mas que em termos administrativos têm a sua complexidade, possa haver um guião que consiga determinar um pouco, quais é que são os enquadramentos administrativos que possam ter, porque o que importa agora é operacionalizar aquilo que aceitámos em termos de descentralização. Por outro lado, também de uma forma geral, todos os municípios foram referenciando a necessidade de ter uma espécie de ponto focal de relação com a administração, porque cada competência, quase sempre está integrada ou numa tutela ou num ministério ou em algumas estruturas desconcentradas da administração central, que por vezes também não facilita a passagem concreta e operacional dessa mesma competência, e por isso, pedimos à Senhora Ministra, e igualmente ao Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, que também estava presente, que possam de alguma forma funcionar sempre como uma espécie de pivôs nesse relacionamento, e tentar, sempre que haja dificuldades ou dúvidas, que essas questões possam ser referenciadas. Um outro aspeto, também se falou da questão das transferências das freguesias, processo que ainda está a decorrer de uma forma geral no nosso Município, das vinte e três, creio que dezanove já levaram às respetivas Assembleias de Freguesia a proposta aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal. Ainda um outro aspeto desta reunião, fizemos um pedido de apoio ao Governo Português relativamente a todos os estragos causados pelas chuvas intensas ocorridas no início do mês de dezembro, e mais recentemente, os graves prejuízos provocados pela passagem da depressão Elsa, que levou à queda de centenas de árvores, danos no património público e situações que ocorreram em todo o território do concelho do Fundão, mas sobretudo, na zona envolvente à Serra da Gardunha, nomeadamente nas encostas norte, nordeste e até sudeste, zonas bastante afetada, assim como toda a zona do Pinhal, muito fustigada e onde os prejuízos terão sido maiores. Ficámos de enviar, até princípio da próxima semana para a CIMBSE, o conjunto dos municípios, os prejuízos, que no caso do Fundão, o levantamento feito aponta para um prejuízo global de cerca de quinhentos mil euros, da soma destes dois incidentes atmosféricos, que começam a ser cada vez mais frequentes pela

sua gravidade e intensidade que estamos a ter nestes últimos tempos, em que passámos, de pouco mais de duas semanas, de seca extrema para cheias, o que em Portugal é algo bastante complexo, sobretudo a questão da água, que deve de facto inspirar o maior dos cuidados em termos do que são as estruturas e infraestruturas deste país. Tivemos também uma outra reunião com o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas que irá visitar o nosso concelho na próxima semana, mais concretamente dia cinco de fevereiro, e os temas abordados, foram no seguimento da reunião que teve lugar antes das eleições legislativas, a questão dos túneis da Gardunha e da passagem na Vila de Alpedrinha, falamos também sobre a questão do mau estado de algumas das estradas nacionais, que precisam urgentemente de obras, e iremos fazer uma visita para avaliarmos a situação do ramal ferroviário que entra na Zona Industrial do Fundão e as suas conexões a norte, ou seja, da parte direita da A23. Relativamente à questão de Alpedrinha, e a manifestação de vontade do Senhor Secretário de Estado em vir ao local, é bastante bem vinda, obviamente, realçar a preocupação do Governo relativamente a esta questão, esperamos que daqui possa resultar o que expetamos há bastante tempo e depois de inúmeras diligências, que é, autorizar a passagem dos camiões de matérias perigosas nos Túneis da Gardunha, porque desbloqueia todo um conjunto de questões, nomeadamente o próprio processo de classificação da Vila de Alpedrinha, onde se inclui, na zona de proteção, a própria estrada nacional, a alteração da mobilidade com a passagem para um perfil urbano daquela estrada, que para além de outros problemas de segurança que todos percebemos, já tem também graves problemas de infiltrações em vários pontos, nomeadamente casas particulares, havendo obviamente necessidade de valorização e proteção, da tão histórica e relevante no panorama regional e nacional, como agora está a ser reconhecido como é, a Vila de Alpedrinha”.

Continuando, referiu a participação em diferentes fóruns sobre o próximo Programa 2030, processo já a decorrer sobre a projeção do próximo quadro comunitário, e discussão das propostas para a região.

O Senhor Presidente referiu-se a uma outra reunião, em conjunto com a ARS Centro, o Centro Hospitalar da Cova da Beira e a Santa Casa da Misericórdia do Fundão, “para fazermos um acompanhamento dos diferentes processos que estão em curso na área da saúde, sobretudo a requalificação do antigo Hospital do Fundão e a suas valências, neste momento estamos na fase da adjudicação do contrato para as obras da medicina nuclear, que devem arrancar seguramente durante o mês de fevereiro. Sobre a questão dos cuidados continuados ficou determinado um conjunto de *démarches* entre a Santa Casa da Misericórdia do Fundão e o Centro Hospitalar da Cova da Beira, para que esse processo possa rapidamente avançar, porque

é também muito relevante, não só o que significa em termos de oferta destes cuidados, sabemos bem que temos carências fortes, nomeadamente na Cova da Beira, mas também é essencial que estas intervenções possam ser realizadas, o mais em simultâneo possível”.

Prosseguindo a sua intervenção, deu conta da realização, no Fundão, do Consórcio de Metalomecânica onde foi assinado um protocolo com o Governo Cabo-verdiano. “Durante os próximos meses podemos começar a ter os jovens para fazerem o seu ensino profissional no território nacional, e em concreto no Fundão, na área da metalomecânica. Neste momento, as duas áreas prioritárias em termos de requalificação para a região Centro estão muito ligadas à metalomecânica, nas suas diferentes vertentes, e também às áreas das TIC, tudo o que tem a ver com a área da transformação digital e das tecnologias de informação, por isso, são duas áreas que foram declaradas como absolutamente prioritárias, sabendo nós, que ao dia de hoje, começa a haver dificuldades de contratação em muitos outros setores, questão como sabem é bastante transversal, as IPSS estão com bastantes dificuldades também no recrutamento, sobretudo na área dos auxiliares, também no setor da construção civil, na área do turismo, sobretudo na vertente da cozinha, e já não falo de outras áreas, como a agricultura, situação que se coloca há já vários anos, o que levou, a que entre outras coisas, o Município também se posicionasse e tentasse apoiar, com trabalho temporário essencial nas épocas altas das colheitas para complementar o trabalho, sobretudo de base familiar, que existe no nosso concelho”.

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira.

Cumprimentou todos os presentes.

Deu conta de que tinha reunido com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. “Pela sexta vez, foi indeferida mais uma candidatura para o nosso Gabinete pela Igualdade e de Apoio à Vítima. Tivemos esta reunião, porque todas as candidaturas que apresentamos são sempre indeferidas, por uma razão ou outra, umas porque não têm dotação financeira, por diversas razões nunca tivemos apoio para este Gabinete no trabalho que realizamos, mesmo com a presença da Senhora Secretária de Estado e da Senhora Ministra da Modernização Administrativa na inauguração do nosso Gabinete. No âmbito do protocolo com a CooLabora, em que os Municípios do Fundão, Belmonte e Covilhã se encontram a desenvolver as atividades previstas, a candidatura, quer no âmbito da Casa de Emergência para as pessoas vítimas de violência doméstica, quer no âmbito do Gabinete de Apoio, o Município do Fundão preparou o seu gabinete para dar essa resposta e temo-lo a funcionar, mas sem qualquer tipo de apoio financeiro por parte desta Comissão. Nessa reunião quis perceber porque é que isto acontecia regularmente, porque nós somos dos primeiros municípios que tem um Plano Municipal para a

Igualdade de Género, desde dois mil e nove, posteriormente também já fizemos dois Planos Municipais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, em colaboração com a CooLabora, e foram dadas várias explicações, uma delas, foi sempre a questão financeira, que não haveria para dar a todos os gabinetes, e entretanto, o que eu fui dizer é que nós continuaríamos a candidatar-nos a todas as candidaturas que abrirem, nós lá estaremos e certamente mais uma vez virá indeferida, mas não importa, avançaremos sempre nesse sentido, porque não vamos desistir de ter também esse apoio para o nosso Gabinete. Efetivamente foi isso que me foi transmitido, mas, espanta-me, que não havendo dotação financeira para apoiar candidaturas, dois dias depois abre novamente uma candidatura exatamente para este Gabinete. Vamos realizá-la novamente, ainda não tivemos resposta à reclamação que fizemos, e já abriu uma nova candidatura para as mesmas respostas. Queria aqui deixar esta minha preocupação, e dizer que não iríamos desistir, mas que também iria comunicá-lo, porque efetivamente são muitos anos a tentarmos ter este apoio e não temos conseguido, e dizer também que podemos cá estar até dois mil e trinta, ou quem cá estiver, mas certamente ninguém vai desistir de continuar a realizar estas candidaturas para obter apoios para dar essa resposta que tanto nos preocupa, e pela necessidade urgente que é, estamos a dar uma resposta, mas essa resposta podia ser melhorada, porque efetivamente precisamos de mais recursos humanos para dar mais apoio atendendo à extensão do nosso território, e darmos mais apoio às pessoas que estão nas nossas freguesias e podermos chegar mais perto e rapidamente. Esta minha manifestação e que ficará registada em ata, é sobretudo pelas razões que referi, que nos sentimos de facto desanimados, mas somos muito resilientes, foi também o que quis dizer, que as gentes deste território não desistem, e vamos continuar as vezes que forem necessárias para podermos ter também apoio a este Gabinete e esta resposta”.

Usou novamente da palavra o Senhor Presidente.

Referiu que o Município do Fundão mantém as respostas nesta área mesmo sem apoios, e que o Gabinete seria gerido diretamente pelo Município do Fundão, com os apoios comunitários desta medida. “A Senhora Vereadora ao ter pedido esta reunião com carácter de urgência, espero que tenha sensibilizado e demonstrado cabalmente, que tudo tem um mérito, mas quando sequencialmente as questões estão sempre a ser colocadas de forma a esse mérito nunca ser suficiente para podermos alcançar algo, que, diga-se de passagem, já fazemos e de uma forma geral, aqui na Cova da Beira e de forma bastante meritória, até vamos ouvindo e vamos participando várias vezes em diversos eventos que sensibilizam para a problemática da violência doméstica, espero de facto que essa sua reunião tenha provocado aquilo que referenciou, que

este aviso de concurso que abriu possa ser mais uma oportunidade, que acho justa, até porque começamos a ter alguma sensação de injustiça relativamente a essa questão, e que estranhámos, porque as relações são fluentes em termos institucionais, por isso, é preciso perceber porque é que a nível dos organismos que avaliam estas candidaturas, questões como a cooperação, a integração, a parceria, a complementaridade, a colaboração, tudo isto que aqui é bastante virtuoso na Cova da Beira, onde a nossa resposta se integra, como é que é possível, que depois a nossa resposta que cumpre esses pressupostos, que provavelmente não estarão todos eles preenchidos noutras zonas, como é que é possível que uma e outra vez, não tenhamos êxito. Nestas candidaturas, estamos a falar de valores que rondam os cento e vinte mil euros, dependendo daquilo que é a equipa base e as ações lá colocadas, são valores relativamente baixos, mas também são questões mais de princípio. Se todos os gabinetes que são criados têm financiamento, que o fazem há anos, nomeadamente de forma colaborativa e cooperante, penso que têm toda a legitimidade de aspirar a que também sejam financiados. Vamos ver se este aviso que a Senhora Vereadora referiu, que aconteceu passado muito pouco tempo da reunião, possa eventualmente até significar a oportunidade final para que esta questão se coloque, e desde já sublinhar, que vamos novamente à luta e não vamos desistir relativamente a algo que consideramos justo, legítimo e adequado, no que são os financiamentos comunitários a esse tipo de respostas no nosso concelho”.

Deu ainda conta de um acordo celebrado no início de 2020 com os Bombeiros Voluntários do Fundão, no âmbito da delegação de competências relativamente às equipas permanentes. “Estaremos a falar de cerca de cinco pessoas, três seriam financiadas por parte do Município, as outras duas pelos Bombeiros Voluntários, por isso numa das próximas reuniões de câmara iremos trazer este apoio. Essa competência passou para os municípios, nós aceitámos, para já não tem financiamento, mas é muito importante, porque sabemos como o trabalho voluntário ainda é a força vital dos nossos bombeiros, e esperemos que assim o continue a ser, de ter o mesmo nível de voluntariado e, como tal, este complemento entre o voluntariado, ainda é a grande força motriz dos nossos bombeiros voluntários, e aquilo que é o seu corpo permanente, o seu quadro permanente de trabalho, e diria que é o caminho para que os nossos bombeiros continuem esta linha que lhes dá todo o crédito e todo o mérito de servir as nossas populações e avançar nos momentos mais críticos, em termos da segurança das mesmas e do nosso património”.

Prosseguindo, referiu-se a uma reunião com o Comandante Distrital da GNR, “em que abordámos a preocupação de todos os fundanenses, que se prende com um ciclo de assaltos que

começou em algumas associações, avançou para alguns pequenos estabelecimentos comerciais, e também em áreas rurais com o roubo, sobretudo de algumas alfaias agrícolas. O Senhor Comandante disse que iria avançar com um plano específico para o Fundão que já está em execução, tem vários componentes do ponto de vista da investigação e prevenção, com uma presença mais robusta e mais diversificada no patrulhamento. Espero que esta questão, nomeadamente também as investigações, sejam o mais rápido possível proficuas e que todas estas circunstâncias, que espero que sejam conjunturais, sejam ultrapassadas. Também falámos de outras questões que se prendem com as condições dos nossos postos da GNR, neste momento estamos a finalizar a elaboração do caderno de encargos do projeto do posto da GNR do Fundão, e estamos à espera das intervenções que a administração central irá realizar no posto de Alpedrinha, já não digo em tempo útil, mas que sejam feitas. No que diz respeito ao número de efetivos, também pedi uma reunião com caráter de urgência à Secretária de Estado. Há concursos nacionais a decorrer, e esperemos que de forma geral, o interior do País possa também ser bastante dotado, temos consciência que o problema é nacional, mas na nossa região temos questões que são mais complicadas, por um lado pela grande dispersão territorial que existe, e pela idade média das nossas forças de segurança, que também é maior. É preciso também referir que isto não significa que estamos, nem pouco mais ou menos, em situação de caos, é preciso ter muito cuidado também com essa questão, o que não significa que não tenhamos que ser muito firmes nas reivindicações relativamente à nossa região, em termos de uma das questões essenciais do Estado e da sua presença, que é a segurança das pessoas e do nosso património, e isso é uma questão absolutamente central das preocupações que temos neste Município, e como tal, estaremos sempre na primeira linha dessa reivindicação, até porque, ela hoje nem vem só da componente entre administrações, como ainda há pouco tempo sentimos, que quando foi promovida e convocada, nomeadamente pelos próprios sindicatos, que há poucas semanas fizeram os comunicados que são do conhecimento de todos, e que relevou que os municípios, de uma forma geral e em concreto o Fundão, que nos tivéssemos que posicionar sobre um problema que é levantado pelas estruturas internas da própria Guarda Nacional Republicana, no que toca à questão sindical”.

Terminou referindo que a candidatura no âmbito do Centro de Apoio às Migrações tinha sido aprovada ainda em dezembro de 2019.

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento.

Cumprimentou todos os presentes.

Iniciou a sua intervenção, deste modo: “Queria intervir em relação ao que foi dito pelo Senhor Presidente do Município do Fundão sobre a questão da GNR e do número de efetivos. Aquilo que me parece que o Senhor Presidente fez, foi uma tentativa de limpar aquilo que foram as declarações do Senhor Vice-presidente logo após a tomada de posse do Comando Distrital da GNR. Naturalmente que sublinho, e aí concordo consigo, que é uma reivindicação que devemos ter, que é a questão dos efetivos e desse reforço atendendo aos fatores que elencou, mas para quem acusou os Vereadores do Partido Socialista, de estarem com uma postura alarmista em relação à questão dos postos da GNR há um ano atrás, dizer o que diz em sede de comunicação social, e depois é que marca uma reunião com a Secretaria de Estado, e depois sim, é que marca uma reunião com o Comando Distrital quando ele tinha acabado de tomar posse, parece-me que esta postura da marcação de reuniões e de reivindicação, é correta, aquela que foi feita pelo Senhor Vice-presidente, de alarme, e que levou ao que levou, na minha opinião, não foi a mais correta, e portanto, deixar essa questão expressa”.

Seguidamente, questionou a Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira “se em relação à questão do Gabinete de Apoio, das seis candidaturas, se todas foram exclusivamente recusadas por falta de dotação financeira, porque aquilo que me apercebi ao longo deste mandato, é que apenas duas tinham sido recusadas por falta de dotação financeira, e é importante sublinhar essa questão, mas também era importante percebermos o que é que falhou então nas outras quatro candidaturas, e gostava que evidenciasse quais foram os critérios negativos para a recusa das candidaturas, que era para que nós possamos ter a resposta a um problema, que deve ter uma resposta musculada, e sim, é justo e legítimo que o Município do Fundão tenha, e seja mais um município a contar efetivamente para as cento e sessenta e sete estruturas que o País tem, e que deve ser alargada, e é justo que o Fundão o tenha, e gostava que a Senhora Vereadora me esclarecesse em relação a essa questão”.

Usou novamente da palavra a Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira, para responder: “só duas é que efetivamente foi por falta de dotação financeira. Nessa reunião estava presente, para além da Senhora Presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, uma das pessoas que avalia as candidaturas, queríamos saber como é que é feita a avaliação, porque efetivamente é nossa preocupação quando realizamos as candidaturas e na próxima candidatura tentar melhorar os pontos fracos das questões anteriores, e foi isso que nós fomos dizer, e a resposta foi, que depende muito também de quem avalia as candidaturas, que são várias pessoas, que nunca são as mesmas pessoas, que umas avaliam de uma forma, valorizam mais uma resposta, outras pessoas valorizam outra, por exemplo, numa das nossas candidaturas,

uma das questões, foi também termos colocado uma ação de apoio aos agressores, e disseram-nos que não devíamos colocar essa ação porque desvaloriza a candidatura. Por outro lado também nos foi dito, que em termos de resposta, por exemplo no que se refere à Casa Abrigo, Castelo Branco cobria toda esta região, a questão é que nós temos também dado resposta sobretudo ao nível da Cova da Beira, porque tem sido solicitado frequentemente, a casa que nós temos até tem estado ocupada, não tem apoio financeiro, nós também damos essa resposta, em que tentamos ao nível da região, juntamente com a CooLabora, encontrar soluções para vítimas de violência, e nos casos de emergência é necessário encontrar um espaço para estas pessoas, e regularmente nos é dito que não há espaços, a resposta foi que Castelo Branco também já dava essa resposta aqui na região. Nesse sentido, também quis perceber e referir que ao longo de todas estas candidaturas, os aspetos que eram dados como mais fracos da candidatura, na candidatura seguinte tentamos melhorar, e a questão é sempre a mesma, e acabaram por dizer que o motivo maior, é que não podem dar a todos, e isso também compreendo, porque o valor da dotação que têm não dá para dar resposta a todas as candidaturas apresentadas a nível nacional, o que referi é que deveriam então ir distribuindo, não podemos é ir lá sempre e nunca termos. De facto, já tivemos algumas candidaturas aprovadas sem dotação financeira, mas como é que me é dito, naquele dia, que não há dotação financeira, e passado dois dias abre uma candidatura com cerca de novecentos mil euros, e que nem se previa que havia uma candidatura aberta. Confesso que até fiquei satisfeita, porque até pensei, pode ser que desta vez seja aprovada a candidatura. Neste momento, estamos novamente a fazer a candidatura, melhorando os aspetos que nos disseram, nomeadamente para termos mais em conta a construção da candidatura. Outro dos elementos, era que não referimos os números de vítimas, mas se estamos a propor para abril um Gabinete, não podemos dar números daquilo que não acompanhamos, e prejudicaram a candidatura por essa razão. Entre várias razões, são sobretudo este tipo de argumentos que foram referidos, e também nos foram dadas algumas sugestões para novas candidaturas, e efetivamente mostraram essa abertura de nos dar algumas sugestões, mas sempre com essa ressalva de que também depende muito de quem avalia”.

Usou da palavra o Senhor Vice-presidente.

Cumprimentou todos os presentes.

Relativamente à intervenção da Senhora Vereadora Dra. Joana Bento, referiu o seguinte: “compreendo a intervenção que foi feita, porque vem no seguimento de uma atitude que tem trazido para a praça pública, mas percebo-a, sobretudo porque o Partido Socialista está com um problema de consciência, porque quando a Assembleia Municipal em unísono, exceto a

bancada do Partido Socialista não quis aprovar uma moção para reivindicar mais efetivos para o concelho do Fundão, compreendo agora que sempre que há um assalto, tente justificar a razão dos assaltos, mas de facto, infelizmente, aquilo que estava a acontecer, e aquilo que aconteceu nos últimos tempos, não são casos isolados, e infelizmente, o concelho do Fundão registou um número que é preocupante, como é evidente, estamos a falar de um aumento de sessenta por cento da criminalidade só no ano de dois mil e dezanove, isso não aconteceu no mês de dezembro, seguramente, e não aconteceu seguramente só na cidade do Fundão, por isso, a Senhora Vereadora desconhece esses dados, mas aquilo que aconteceu foi que a Associação de Profissionais da Guarda quis denunciar esta situação, porque infelizmente, internamente não tinham dado resposta àquilo que era uma preocupação evidente nesta região, mas em particular do concelho do Fundão, e fê-lo através da comunicação social, e aquilo que aconteceu, foi que a câmara foi confrontada com as declarações da Associação de Profissionais da Guarda, e segundo o Partido Socialista, a Câmara Municipal deveria ter-se calado, só que nós antes de defendermos o Governo, ou Partidos, nós fomos eleitos para defender os fundanenses, e é aquilo que vamos continuar a fazer, e aquilo que nós fizemos nesse momento, foi associar a nossa voz a uma reivindicação que é absolutamente necessária para garantir que o concelho do Fundão tenha todas as condições de segurança, que infelizmente não tem tido, e portanto lamento que a Senhora Vereadora entre nesse jogo que até me parece bastante infantil, que parece que agora há assaltos no concelho do Fundão porque saiu uma notícia a nível nacional, mas aquilo que nós sublinhámos, é que a Senhora Vereadora e o Partido Socialista de uma forma geral, e aquilo que ficou bem patente nessa Assembleia Municipal, é que sempre que se toca no Governo ou há alguma reivindicação para o Governo, a Senhora Vereadora toma uma posição, e está do lado do Governo e não está do lado dos fundanenses, portanto, a nossa posição continuará a ser aquela que é defender os interesses do concelho do Fundão, sublinhando, que de facto nós gostaríamos que não tivesse tido o impacto que teve do ponto de vista da sociedade, mas o alarme foi lançado pela Associação de Profissionais da Guarda. Vamos obviamente reivindicar aquilo que achamos que é necessário para o concelho do Fundão, e esclarecer, que a entrevista que foi dada a um órgão de comunicação social nacional, foi antes do Senhor Comandante Territorial de Castelo Branco ter tomado posse”.

Usou novamente da palavra o Senhor Presidente que referiu: “a nossa relação com o Comando Territorial de Castelo Branco nas suas diferentes hierarquias, a nível nacional, e até com a tutela, é praticamente permanente e temos com o Comando Territorial uma agenda permanente. Evidentemente, que agora houve uma alteração ao nível do Comando, e vamos

obviamente manter essa metodologia de trabalho, e não é seguramente por falta dessa interação que este assunto, que é bastante complexo, não está resolvido. Há uma falta efetiva de guardas, eu diria que a reposição geracional é uma questão que está neste momento na ordem do dia e ouve-se de forma bastante frequente. O caso do Fundão, no distrito, é um caso que tem uma particularidade, recordo que o Fundão nos anos noventa perdeu a PSP ficando somente apenas com a GNR, e que fique aqui claro e inequívoco, que aquilo que é o esforço e o trabalho da autoridade, GNR, dos seus profissionais e comandos ao longo destes anos, é absolutamente extraordinária, até pelas dificuldades que têm no exercício dessa função pelas próprias carências, sobretudo, de profissionais, que são absolutamente manifestas. Já por diversas vezes falámos abertamente da falta de homens nos postos da GNR em reuniões de câmara e eventualmente até na Assembleia Municipal. Temos uma área territorial imensa, e sempre que estas questões vêm a público sobre a eventual reorganização dos postos, e se isso traria ou não questões que resolviam o problema dos efetivos, são questões que sempre estiveram na nossa agenda. Percebo que sobretudo para o cidadão, quando acontece uma onda de assaltos, há logo a questão de procurar uma espécie de culpa relativamente a esses acontecimentos, mas na onda de assaltos, a culpa em primeiro lugar, é o crime, é de quem obviamente os efetuou, e espero bem que sejam apanhados o mais depressa possível, e em segundo lugar, obviamente quando olhamos para um problema de falta de efetivos que é totalmente conhecida, evidentemente essa questão, quer queiramos, quer não, acentua a necessidade de tomada de medidas relativamente àquilo que possam ser essas ações criminais. O Fundão é a terceira cidade do distrito que em termos de dimensão tem uma área territorial imensa, não tem PSP, Covilhã e Castelo Branco têm PSP e GNR, o Fundão só tem a GNR, e isso, evidentemente leva a que tenha que haver uma atenção ainda maior para esta cidade, que tem os seus condicionantes, as suas questões, e a sua área rural, um concelho com setecentos quilómetros quadrados, que carece sempre da presença das forças de segurança. De facto, nem entendo muito bem, como é que se chega a que possa haver uma relação entre uma questão que é uma reivindicação permanente, e que se refere constantemente a ondas de assaltos, que provavelmente, até pela forma como aparentemente essa questão está a ser colocada, dá ideia que quem os possa estar a efetuar já tinha algum planeamento associado a locais que eventualmente pudessem ter alguma fragilidade maior ou uma oportunidade maior por parte daqueles que praticaram esse atos, que espero que paguem bem caro por eles e o mais rapidamente possível, de acordo com o Estado de Direito, que tem que lhes dar obviamente também todas as garantias de defesa, caso sejam, e espero bem que sim, apanhados o mais depressa possível. Deixo aqui também um incentivo à investigação, dou

conta que estão a decorrer ações no terreno, que seja profícua, e que possa trazer paz e percepção de segurança, que aqui também é importante, e que possa efetivamente estar resolvida nos próximos tempos. Os valores estatísticos aqui colocados são importantes, são indicadores que nos vão sendo transmitidos, questões que são sempre referenciadas nas reuniões que vamos tendo com o Comando Distrital”.

O Senhor Vice-presidente interveio para, “acrescentar a preocupação que existe, porque o Destacamento Territorial do Fundão engloba o concelho do Fundão, com setecentos quilómetros quadrados, e engloba também o concelho de Penamacor com quinhentos e cinquenta, o que significa uma área imensa, apesar do que aqui está mais em causa, tem a ver com o Posto do Fundão. O Posto do Fundão atualmente tem pouco mais de trinta agentes em funções, mas tem um conjunto de agentes que não podem fazer as escalas de patrulhamento, e essa situação coloca a parte da vigilância numa situação que carecia de um reforço de elementos. Se nós formos à estatística e se dissermos que o Posto do Fundão tem trinta elementos, se calhar, estatisticamente nós não vamos ter direito a nenhum daqueles agentes que estão agora em formação e que vão ser destinados à Guarda Nacional Republicana, que normalmente vão todos para as grandes áreas metropolitanas e, por isso, eu desafiava aqui a Senhora Vereadora, que gosta tanto de fazer perguntas na Assembleia da República, que questionasse, porque este assunto não é de agora, que questionasse se algum desses efetivos que estão para sair da formação para integrar o Corpo da GNR, se virão efetivamente para o Fundão, porque, de facto isso é uma necessidade absolutamente imperiosa para o concelho do Fundão”.

A Senhora Vereadora Dra. Joana Bento interveio e referiu-se novamente à questão colocada à Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira mas, “uma vez que se ausentou não poderá responder, mas deixar esclarecido que a Senhora Vereadora confundiu Casas de Abrigo com Gabinete de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica com respostas de emergência social, e eu não fiquei, e acho que ninguém ficou esclarecido quanto aos pontos menos bons que as nossas candidaturas apresentaram e, portanto irei pedir por escrito, quais são as fundamentações que levaram ao não deferimento da candidatura”

Prosseguiu. “Relativamente à intervenção do Senhor Vice-presidente, de facto, quando não tem argumentos políticos, porque não os tem, passa a vida a considerar as declarações da Vereadora da oposição, neste caso, como infantis, não sabe nada, de facto, sempre que eu lhe peço informação ela também não chega, e portanto aqui as informações devem ser pedidas pelos Vereadores, o exercício da maioria é desse lado, a prestação de contas tem que ser vossa e não tem que ser nossa, e deixe-me dizer-lhe que o felicito por estar atento aos trabalhos dos

deputados no distrito de Castelo Branco, porque vale sempre a pena perguntar e questionar sobre o concelho do Fundão, e do distrito em geral”.

O Senhor Presidente usou novamente da palavra e acrescentou: “esperemos que acima de tudo, a segurança e a perceção da segurança seja sempre uma questão central da agenda que hoje está em cima da mesa, bem como a qualidade dos serviços públicos em regiões como a nossa. Isto não é dissonante das questões centrais das políticas de desenvolvimento dos territórios de baixa densidade do interior do País, isto não é uma questão sectorial, não é uma questão conjuntural, esta é uma questão central do desenvolvimento dos territórios do interior do País e a presença do Estado e a qualidade de serviços públicos no interior do País deve ser um eixo absolutamente primordial daquilo que possam ser as políticas do Estado, essenciais para o combate das assimetrias e para um País integralmente mais justo e que, obviamente, todos os cidadãos, os municípios, os territórios, agentes, as empresas, todos contribuimos para que, no seu conjunto, ele seja melhor”.

Usou da palavra o Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes.

Cumprimentou todos os presentes.

Referiu o seguinte: “antes de mais, lamento o facto de andarmos aqui a colocar dois lados da moeda, o lado bom é o poder local, o lado mau é o poder central, postura que eu discordo totalmente. Depois lamento ainda, tentar colar o lado mau à minha colega, quanto desde início, e em relação à situação da GNR, procurou sempre estar do lado da solução e nunca do problema. Recordo que no ano passado estivemos reunidos com o antigo Comandante, a acompanhar um projeto-piloto que achamos extremamente interessante, que passava pelo encerramento durante o período noturno dos postos da GNR, para ter gente disponível cá fora, sendo que as chamadas telefónicas seriam atendidas por uma central que entrariam logo em contacto com os militares que estavam ao serviço. Foi uma atitude ponderada, tornámos pública, sem qualquer tipo de problema, infelizmente, por várias razões, houve muita gente que andou a propalar a ideia que iriam encerrar os postos, não era isso estava em causa, era dar uma resposta mais efetiva. Se o PS se absteve na Assembleia Municipal apresentou as suas razões, e é intelectualmente desonesto estar a dizer que não votou a favor, como se fôssemos contra a moção apresentada no seu todo. Relativamente aos Bombeiros Voluntários, temos reunido também com eles, valorizamos muito a possibilidade de criar uma nova equipa, porque procurará dar uma resposta ao período entre as seis e as oito horas da manhã e depois a partir das dezassete até às vinte e duas, que é um período extremamente complicado. Nesse aspeto, excelente, portanto, a Direção e o Comandante, o que nos pediu, foi a maior celeridade possível

porque demoram pelo menos dois a três meses para contratar as pessoas, embora já estejam sinalizadas, e cada mês que passa é sempre mais um mês. Por outro lado, fomos desafiados a auxiliar na grande intervenção que vão fazer agora no quartel, vão criar umas novas camaratas, o investimento é na ordem dos cem mil euros, não é fácil, eles querem substituir umas camaratas que têm quarenta anos, e pediram um apoio dentro do possível, depois fizeram um pequeno reparo, apesar de ter sido oferecida uma viatura, lamentaram o facto de em dois mil e dezassete perderem uma viatura nos incêndios, ficou definido que parte, penso que cerca de trinta e sete mil e quinhentos euros, seriam suportados pelo poder central, os outros trinta e sete mil seriam do poder local, o dinheiro em falta para adquirirem novas viaturas seria suportado pelo Corpo de Bombeiros. Nesse sentido, fizeram uma iniciativa, contaram com o apoio da sociedade civil, passado cerca de dois anos e meio, quem está em falta é só o poder local, portanto, foi esse pequeno reparo que fizeram. Ainda falando dos investimentos dos bombeiros, no ano passado fizeram um investimento de oitenta mil euros para aquisição de umas garagens que estão cedidas há mais de dez anos, a título gratuito, e não pediram qualquer tipo de apoio, por isso, é que o facto de eles terem alguma autonomia, apesar de reconhecerem o importante apoio da autarquia, seria muito importante ajudarmos na construção das camaratas. Relativamente a Alpedrinha, penso que poderia ser interessante, já que está aberta a porta ao diálogo com o poder central, discutir a possibilidade de abrir a ligação que existe da autoestrada entre os túneis, portanto, na ligação Norte-Sul, ao centro de Alpedrinha, que ficariam com uma ligação direta. Essa ligação existe, não está a ser utilizada, nem mesmo quando há situações de emergência, estamos a falar de um pequeno troço na autoestrada de limite de 80 quilómetros/hora, a saída não tem problemas de maior, e era uma boa forma de conseguir talvez incentivar a fixação de pessoas nesta freguesia. Esta ligação não têm piores condições do que existe no nó entre a A17 e a A23 junto ao Entroncamento, e aproveito para informar, que por exemplo as autarquias na zona norte estão a discutir também com o poder central a possibilidade de criarem ou de abrirem nós em autoestradas já existentes, portanto, penso que nós podíamos fazer o mesmo. Um último ponto, e uma vez que falamos do ensino profissional, no ano passado foi sugerida aqui a possibilidade de criar ou ter turmas de ensino profissional em Alpedrinha, gostaria de saber, se passado um ano, em que pé é que está essa situação”.

Usou novamente da palavra a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento. “Acrescentar, já que estamos numa de desafios, eu convidava o Senhor Vice-presidente a ver a atividade parlamentar do deputado que apresentou, nomeadamente eleito pelo PSD, o Dr. Manuel Frexes, na décima terceira legislatura, para perceber o que é trabalho territorial”.

O Senhor Presidente interveio e referiu: “percebendo todas as questões, deixo uma observação. É preciso ter sempre muito cuidado com aquilo que são os respetivos contextos onde estamos, estamos num contexto de eleitos diretos, e esse equilíbrio é um equilíbrio difícil, mas temos agora que ter uma maior atenção relativamente aos diferentes órgãos e organismos onde intervimos, porque nem sempre o interesse geral de um País consegue ser compaginado com o interesse de trezentas e oito partes desse mesmo País, como nem sempre, o interesse fundamental e estratégico do concelho do Fundão, é imediatamente respondido por quem gere e tem obrigação de gerir o interesse geral do País, e olhar para o País como um todo. Estou a fazer esta observação, até porque aqui, de vez em quando essa interligação entre órgãos começa a aparecer, e no meu entender, por vezes para o cidadão pode não ser muito inteligível, quanto à questão e em que órgãos nós efetivamente estamos a fazer intervenção. Relativamente às questões que o Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes colocou, em relação aos Bombeiros e a relação de cooperação institucional e funcional, diria até, de enorme cumplicidade do ponto de vista de construção comum, de pensamento comum, de estratégia comum, que já há muitos anos, nomeadamente o Senhor Vice-presidente que acompanha de muito perto, é muitíssimo boa, e creio que se teve, de facto, esse contacto com a Corporação, e não tenho dúvidas que lhe tenham transmitido essa realidade, é um trabalho muito profundo, profícuo, onde as dificuldades de cada um são bem entendidas e compreendidas, e onde há de facto, sempre vontade permanente de acompanhar, mas também percebemos, e isso também é interessante, quando temos uma relação de grande maturidade entre estas duas instituições, também percebemos que nessa gestão muitas vezes das prioridades e das dificuldades, também somos compreensivos uns com os outros. O Município é extremamente compreensivo com aquilo que é muitas vezes a intervenção e as dificuldades que os Bombeiros vão tendo, como também sei que os Bombeiros entendem perfeitamente, que quando há do outro lado uma maior solidez, que nos possa libertar do que possam ser algumas obrigações, vamos fazendo essa gestão de uma forma muito clara, transparente e muito verdadeira do ponto de vista da relação entre as duas instituições. Volto a referir que a prioridade que o Município do Fundão tem relativamente aos Bombeiros, chamam-se homens e mulheres, bombeiras, que devem ser também melhor acarinhadas, e por isso, há pouco tempo avançamos com um regulamento municipal que reforce a diferenciação positiva desta atitude cívica de primeira ordem, que é querer ser bombeiro, e também as nossas prioridades que vão evoluindo. Perceber que quando me deparo entre duas perspetivas financeiras, se me perguntar, das dificuldades que é gerir o dinheiro público, que obviamente nunca é suficiente para tudo e todos ao mesmo tempo, por vezes, nesse caminhar, e

neste momento, o caminhar diz-me que, e assim o referi, no Encontro Distrital de Bombeiros, organizado até por minha iniciativa, que a prioridade absoluta em termos de investimento é o reforço das equipas permanentes dos bombeiros, e até negociámos e delinearíamos o que podia ser o esforço de cada um. Este esforço é grande, não é um esforço anual nem um subsídio pontual, é um esforço que pode ser para sempre, eventualmente, procuraremos que se houver algum apoio extra às equipas que venham da esfera nacional, mesmo que esses recursos passem pelos municípios, porque nós temos uma equipa que é apoiada também pelo Estado, esta é a segunda equipa permanente que estamos a posicionar e, obviamente, esperamos que isso permita que os nossos Bombeiros, neste misto entre o voluntariado, que volto a dizer, força essencial e matriz da nossa existência enquanto Associação Voluntária dos Bombeiros do Fundão, e aquilo que é uma força mais profissional do reforço do quadro dos Bombeiros do ponto de vista dos seus funcionários, nessa combinação está muito futuro deste trabalho essencial que eles prestam à nossa comunidade, sendo que a parte do quadro das equipas permanentes terá que ir sendo reforçado, com esta segunda equipa parece-me que ficamos estruturalmente bastante mais capacitados, mas, daqui a alguns anos é provável que mesmo que com o Município e com uma Associação tão bem reconhecida como a nossa, mesmo que a Escolinha de Bombeiros que é muito meritória do ponto de vista dessa motivação para o futuro dos nossos bombeiros e bombeiras, leva-me a crer, que as dinâmicas, sobretudo demográficas, possam levar a que daqui a uns anos, tenhamos que pensar eventualmente até numa terceira equipa, ou de um modelo diferente relativamente a esta questão. O Senhor Vereador levantou ainda aqui uma questão. Deixe-me dizer-lhe claramente, se há coisa em que eu não alinho muito, é em questões muito maniqueístas, os bons, os maus, o local, o central, o governo é sempre mau, as autarquias são sempre boas, é a sua constatação e interpretação que eventualmente possa pensar sobre a atuação deste Município, não me levará a mal que a minha constatação seja diferente da sua, a minha diz-me que somos um Município profundamente equilibrado naquilo que são relações institucionais, desde sempre, não é só de hoje, é uma questão que sempre me recordo de há muitos anos que o Município do Fundão sempre teve uma postura muito equilibrada nessa questão, o que não significa que em assuntos graves e estratégicos para o nosso concelho, não tenhamos que utilizar uma das questões essenciais que é a voz política que nos é dada pela democracia local, por essa grande autoridade que nos é dada sempre, por aqueles que nos elegem diretamente e que, por vezes até se diz que o grande défice muitas vezes da região é a falta de voz política, é uma das questões que muitas vezes é referenciada da região do interior do País, até agora, como sabem, também com o problema da

demografia que começa a chegar ao número de Senhores Deputados, que faz com que o interior do País, pouco a pouco tenha perdido representação na Assembleia da República, por isso, a nossa voz muitas vezes é a nossa arma, e como tal, em determinados momentos temos que ser mais críticos, e por vezes de uma forma mais veemente pedir ajuda, porque não há problema nenhum, nem é falta de lealdade institucional, nem obviamente, qualquer outra questão, pedir por vezes ajuda naquilo que são as funções e as responsabilidades de cada qual, entre administração local e a administração central, e podermos evidentemente resolver os assuntos. Nunca nos pusemos de fora, muito pelo contrário, colaboramos, e se bem sabemos e bem ouvimos muitas vezes tantos problemas que há, por exemplo, na área da saúde e colaboramos, nomeadamente na questão da GNR foi bastante notória essa colaboração, nós bem sabemos os problemas que existem, por exemplo, no investimento relativamente a infraestruturas e equipamentos da GNR, e tanto colaboramos que até avançámos com investimentos na reabilitação de um posto que há dezenas de anos se esperava que acontecesse, como era o posto de Alpedrinha. Não é da nossa competência direta, é da nossa perceção daquilo que são os artigos que referem que os municípios devem intervir em tudo aquilo que é importante para o desenvolvimento do seu concelho, e nós entendemos que o era. Ainda há pouco tempo aprovamos em reunião de câmara vários protocolos de viaturas para reforçar o apoio na saúde primária, nomeadamente, um serviço essencial numa região como a nossa, como são os serviços ambulatoriais, desde apoio ao domicílio e enfermagem ao domicílio, em tantas outras facetas, e pusemos duas viaturas para o efeito Não era da nossa competência, mas todos os municípios do País, sem exceção, fazem, e que vão muito para além dessa abordagem, mas aqui há algumas que são especialmente até relevantes, e que nos temas até que temos estado hoje a falar, expressam bem qual é a postura do Município, extraordinariamente colaborativa, de grande cooperação institucional, sem obviamente, nunca por de lado aquilo que são os interesses vitais do concelho, mal seria que não fosse essa em primeiro lugar, a nossa atuação. Algumas questões que o Senhor Vereador levanta, e até entendo essa vontade de as trazer e espero que continue assim, é claro que às vezes o histórico de algumas questões, como por exemplo, a que referiu da não existência do nó da saída direta para Alpedrinha, mas acredito que não tenha conhecimento desta questão. Essa foi uma das situações mais graves, provavelmente a de maior gravidade que me lembre dos últimos vinte e cinco anos, na relação, aqui sim, entre a parte local, a comunidade, e o Estado Central. Foram provavelmente as manifestações mais violentas que tivemos nos últimos vinte e cinco anos no nosso concelho, que levou à interferência da polícia de intervenção, como forma de contrariar a revolta da população de Alpedrinha, e isso foi

feito em determinados anos, determinados contextos sociais, políticos e partidários da nossa região. A questão que traz, desde sempre, do ponto de vista das condições de segurança, foi referenciada como uma impossibilidade de servir o tráfego normal porque está orientada para situações de emergência, questões de segurança e de manutenção pesada. É verdade que vem ao Fundão o Senhor Secretário de Estado que tem a tutela, mas também não gostaria, sem resolver a questão da passagem dos camiões pesados, introduzir novas questões, mas vou relembra esta aspiração de Alpedrinha, que não deixa de ser uma questão de enorme injustiça que aconteceu na vila de Alpedrinha. Não sei se há condições técnicas e objetivas para retomar um dossiê que foi muito discutido, muito participado e muito criticado, e que no final não teve consequências, no momento longo que houve até à construção efetiva e ao planeamento dos túneis. Queremos levar o Senhor Secretário de Estado à zona do Terminal Ferroviário da Zona Industrial do Fundão e também ver a questão da nova estrada no âmbito do protocolo com a REN, essa intervenção está para começar, e é muito importante que o Senhor Secretário de Estado possa ajudar neste projeto de grande complexidade, nomeadamente ao nível dos pareceres, que é a criação de um novo nó que liga a A23 do lado direito, no sentido Fundão-Covilhã, para o lado este da autoestrada, no sentido que possa desbloquear toda aquela zona do nosso concelho, entre Valverde, Carvalhal e Fatela. Relativamente à questão que o Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes levantou sobre o ensino profissional, já referi a questão dos protocolos para novos fluxos de estudantes, neste caso, na metalomecânica, e estamos simultaneamente a trabalhar com instituições de formação profissional do Brasil, para procurar trazer estudantes também do ensino profissional na área do turismo. Já houve várias reuniões entre o Externato de Alpedrinha, Escola profissional, Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Alpedrinha, para vermos as necessárias adaptações, se formos capaz de trazer esses estudantes, reforçar ou criar algumas turmas de ensino profissional na área do turismo, na vila de Alpedrinha, até pela sua própria natureza e pelo seu próprio interesse nesta área, e também aproveitando um edifício que hoje, por razões também que todos conhecem, está subocupado, porque passará a ter só uma turma de cada ano até ao nono ano, e com boas condições para este desígnio. Somos um grande referencial para os Países de Língua Oficial Portuguesa, e estamos contentes, até por aquilo que acontece no nosso concelho, ainda há pouco tempo participei na avaliação do Agrupamento de Escolas do Fundão, mais concretamente na Escola Secundária, e todos sentimos o respeito que hoje o setor da Educação agraciou ao longo destes anos nas diferentes instâncias, é obviamente um grande mérito da comunidade escolar, dos nossos professores, dos funcionários, e que o

Município procura acompanhar, nomeadamente, com o projeto educativo local como grande formato e de metodologia de trabalho com esses agrupamentos”.

Usou novamente da palavra o Senhor Vice-presidente para responder ao Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes, porque “sentiu-se claramente que houve uma tentativa imaculada de romancear aquilo que é a política, de tentar afastar-se daquilo que é essa relação, entre o poder local e o poder central, mas nós olhamos e fazemos a história, e aquilo que vemos é o Partido Socialista sempre exatamente no lado oposto desse princípio, e dizer que claramente aquilo que interessa aos eleitos do Fundão, é o concelho do Fundão, independentemente dos partidos, seja o Partido A, seja o Partido B, seja o PSD, seja o PS, e aquilo que diz a história de atuação deste Município, é que foi sempre assim, mesmo sendo aquilo que o Senhor Vereador estava a evidenciar, é que se o governo fosse do PSD, que a nossa atitude seria diferente, mas não é verdade. De facto, aquilo que são os grandes temas para o concelho do Fundão, sempre foram colocados na agenda, e recorde um que mereceu agora a unanimidade de toda a Assembleia Municipal, que tem a ver com as portagens, uma reivindicação que afirmámos e reafirmámos em todos os governos que entretanto passaram, e essa é a nossa postura, não se compreende é que os Senhores Vereadores da bancada do Partido Socialista, digam uma coisa dessas, mas depois não demonstrem, porque aquilo a que nós assistimos nos últimos tempos, foi uma tentativa de branqueamento das responsabilidades da Administração Central, quando a questão é local, e eu vou dar dois ou três exemplos: a questão do posto da GNR de Alpedrinha, esta questão nós poderíamos classificá-la como um escândalo nacional. Olhando para as condições miseráveis onde hoje exercem funções os militares em Alpedrinha, nós deveríamos unir as nossas vozes, depois daquele esforço imenso que foi feito pelo orçamento municipal, para garantir que de facto houvesse uma alternativa para esses militares não exercerem funções nas instalações da Casa do Povo de Alpedrinha, que tem todas as condições de falta de segurança, de acessibilidade, as próprias condições onde eles exercem as funções, há divisões que são feitas com biombos e com armários, que é uma coisa completamente inaceitável nos dias de hoje, e a seguir a isso ter acontecido, o Município do Fundão fez a requalificação do edifício, segundo um programa funcional enviado pela Administração Interna. Cumprimos integralmente aquilo que nos tinha sido pedido, e agora nós estamos à espera que terminem umas obras que o Ministério da Administração Interna disse que queria fazer para concluir essas obras, designadamente a deteção de incêndios e o sistema AVAC, que curiosamente, depois de uma obra que custou ao Município cinquenta e três mil euros mais IVA, só esta obra do sistema AVAC, do sistema contra incêndios e pequenas coisas, está no caderno de encargos para ser lançado agora a concurso

público, cento e sessenta mil euros mais IVA, isto é, no mínimo um escândalo, e depois a segunda pergunta que se coloca, é por que razão é que esses militares ainda não foram transferidos para as instalações novas. Essa, é de facto uma grande pergunta, mas o que é que fizeram os Vereadores do Partido Socialista, foram a Alpedrinha, e aquilo que disseram, que vieram tornar público, depois deste esforço todo que tinha sido realizado pelo Município do Fundão, vieram dizer que houve falta de articulação, vejam bem, depois desta substituição à Administração Central, e que nós executamos tudo aquilo que tinha sido pedido ao Município do Fundão, vieram dizer e denunciar que tinha havido falta de articulação do Município do Fundão. Isso é verdadeiramente escandaloso, mas eu dou-lhe mais exemplos daquilo que é a atuação responsável e que defende os interesses do concelho do Fundão, e que nada tem a ver com partidos. O Senhor Presidente deu aqui vários exemplo, a questão das viaturas na área da Saúde, a Unidade de Medicina Nuclear, a recuperação do Hospital do Fundão, o Agrupamento de Escolas do Fundão, o Complexo Escolar, uma substituição do Município do Fundão à Administração Central, isto não tem nada a ver com partidos, isto tem a ver com os interesses dos fundanenses, e esse é que é o foco de orientação, mas havia mais exemplos que demonstram que de facto, essa não tem sido a vossa postura, por exemplo, a questão da poluição no Rio Zêzere, a reivindicarem junto da Câmara, em vez de reivindicarem junto da Administração Central, vieram com comunicados a denunciar que a Câmara não está a fazer aquilo que devia para detetar os focos de poluição, quando nós vínhamos há semanas e semanas a dialogar com a APA - Agência Portuguesa do Ambiente. Fez um comunicado dizendo que a o Partido Socialista iria reunir rapidamente com a APA, zero de resultados, fizeram-se perguntas no Parlamento para obter resposta, zero respostas, e portanto, sempre que alguma coisa, no caso concreto, dos efetivos da GNR, que é uma questão de segurança pública, esta é uma questão que não diz só aos fundanenses, diz ao Estado Português, esta é uma questão que deveria dizer à Administração Central, deveria dizer ao Governo e deveria dizer ao Senhor Presidente da República, esta é uma questão central, é a segurança pública de todos os cidadãos, não são só os cidadãos que estão no litoral que devem ter essa salvaguarda, e aí nós devemos evidentemente unir as nossas vozes para com as autoridades, sobretudo aquelas que tutelam estas áreas. Só uma nota relativamente àquilo que foi uma tentativa de diferenciação que supostamente não era o Senhor Presidente da Câmara que dizia, que era eu é que reclamava e fazia essa diferenciação. As minhas declarações vinculam a Câmara, quando eu disser que estou a falar por minha conta, eu estarei a falar por minha conta, as declarações que foram feitas, foram feitas em nome da Câmara Municipal do Fundão”.

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes interveio para esclarecer que: “quando eu peguei nas palavras do Senhor Vice-presidente, foram claras e referentes aqui, eu não disse que o Município tem um mau relacionamento com o poder central, longe disso, tanto é, que há vários projetos que estão em comum, e quando eu digo poder central, eu digo poder central, neste caso, Partido Socialista, porque o que eu acho estranho é que nós utilizamos o poder central como se fosse o mal de tudo, quando é Partido Socialista, mas quando é Partido Social Democrata está tudo bem, da mesma forma que o Partido Socialista tem falhas, também têm todos os outros, e eu não preciso ir muito longe, basta pensar nos momentos em que nós íamos entregar o cartão de militante por causa do que se passava aqui no Hospital do Fundão. Volto a dizer, nós estamos como parte da solução, não estamos contra, e o facto de nós estarmos aqui a fazer alguns reparos, só mostra que nós temos capacidade crítica e que estamos disponíveis para colaborar, e dei aqui um ou dois exemplos, da mesma forma que já elogiei várias vezes a postura da autarquia em determinados momentos, mas eu enquanto elemento da oposição estou aqui para criticar, estou aqui também para construir e estou aqui também para louvar quando há necessidade, e nesse aspeto, sinceramente, acho que foi um momento infeliz, quando eu chego aos microfones e digo que só dez ou quinze militares estão disponíveis para uma área tão grande. Eu posso dizer que há falta de militares, a partir do momento em que eu digo que há poucos militares e consigo especificar o número, eu estou a pôr em xeque, porque eu estou a dizer que não tenho ninguém para me defender, foi isso que foi feito, e foi feito momentos antes da tomada de posse do novo Comandante. A nível de solidariedade institucional eu acho que não é a melhor coisa, a comunicação eu percebo-a, eu compreendo a comunicação, a forma como ela foi feita, foi infeliz. No ano passado, fizemos aqui a alusão a uma empresa que não pagava salários a dezassete pessoas, e foi dito o seguinte: *vocês têm que ter algum cuidado, alguma responsabilidade e proteger as instituições*, portanto, a instituição/empresa que nós denunciámos temos que a proteger, a instituição GNR que está com imensas dificuldades, não necessitamos de a proteger, e podemos dizer que temos dez ou quinze homens para proteger todo o concelho, portanto, estamos a colocar no mesmo patamar duas instituições”.

O Senhor Presidente usou novamente da palavra, sobre os exemplos dados, disse: “um deles, referenciou e bem, que não há nenhum partido que se sobreponha aos interesses vitais do concelho, nomeadamente, quando estão em causa questões tão importante como o Hospital do Fundão, e aí, está a dar um bom exemplo de qual é a hierarquia das coisas. Obrigado por o ter lembrado. A atitude de maior dureza que já tive com o governo, enquanto Presidente de Câmara, teve a ver exatamente com a questão de Alpedrinha, quando colocámos na tutela as

nossas estradas municipais, a proibição dos veículos pesados, criando um conflito tremendo, relativamente à passagem da zona norte para sul, ou de sul para norte no nosso concelho, com o significado que isso possa ter em termos de todas as mercadorias pesadas perigosas, que aqui estabeleceram, sendo que o Governo que estava na altura era um governo liderado pela coligação PSD-CDS. Muito cuidado, com essa questão de referir que esta Câmara, consoante os governos, assim tem atitudes mais ou menos benevolentes, relativamente àquilo que é a tensão normal que existe num estado de direito, entre aquilo que são os interesses legítimos e democráticos dos territórios regionais e na suas esferas locais, do ponto de vista do que é o nosso pilar do poder local, e aquilo que é obviamente a tensão de quem tem que gerir os interesses nacionais, a soberania, os grande serviço nacionais, e os grandes sistemas públicos nacionais, como é o governo, até porque, como disse o Senhor Presidente da República, aquando de uma situação lamentável e trágica que aconteceu no nosso País, sobre se o estado era uma coisa, as autarquias eram outra, o Senhor Presidente da República disse que: *Não, não, somos todos Estado*. Isso é uma questão que sublinho, porque tem depois muitas consequências e muitas questões a montante e a jusante da frase que ele referenciou, e acho que é uma das frases, talvez não a mais popular e mais relevante que as pessoas se recordem e que possa ter tido, mas talvez daquelas, que em termos de fundo de entendimento de um País, num País então como o nosso, talvez daquelas que tem maior fundo de perceção também de ordenamento jurídico do que é o nosso País. O Senhor Vereador, pela segunda vez, veio enfatizar que nós temos dois pesos e duas medidas relativamente à relação com o governo, haverá nas pessoas perceções negativas e positivas do nosso trabalho, como é normal, mas se há uma coisa que eu acho que não está mesmo no sentimento das pessoas, é que esta câmara, onde os Senhores Vereadores também fazem parte, obviamente, não com as mesmas responsabilidades em termos de quem está na componente executiva e diária permanente, mas fazem parte e são parte, não está seguramente na perceção das pessoas que esta câmara tenha uma má relação ou fomenta uma má relação com o governo. Eu percebo que o Senhor Vereador por vezes não queira dizer, mas o Senhor Vereador, por duas vezes disse, textualmente, que esta Câmara Municipal consoante os governos assim tem uma atitude, e quando estamos numa reunião pública estas questões são obviamente sintetizadas depois naquilo que é, vamos chamar-lhe a comunico-esfera, e essa frase em si pode ser individualizada, e eu relativamente à frase que individualiza, porque não considero que haja qualquer diferença do ponto de vista de relacionamento institucional com qualquer governo, e já trabalhamos com muitos governos ao longo destes anos, e não me lembro de nenhuma diferença. Até há quem diga, provavelmente, de forma algo

exagerada, que as relações que o Município tem até com governos que não são da sua esfera política, até são melhores do que relativamente a outros momentos, não estou a dizer que é minha ideia ou percepção. Há coisas que correm muito bem, há por vezes momentos de crise que também existem, a sua gestão é importante, porque são questões muitas vezes do ponto de vista da nossa estratégia, umas vezes numa perspectiva de denúncia, outras de cooperação, sempre abertos a qualquer diálogo e cooperação, seguramente, mas muitas vezes não há outra forma. A forma como este assunto é levantado, por uma terceira entidade, que o levanta de forma legítima, que é uma entidade que representa os profissionais da GNR, e o levanta de uma forma dura, relativamente a uma situação de grande dificuldade que se está a viver. Eu tenho tido a maior consideração pelo seu trabalho, enquanto Vereador, que procura trabalhar, ouvir, participar, e traz, geralmente, em todas reuniões de câmara, ideias, posturas e reflexões próprias, relativamente àquilo que é o seu entendimento da realidade, e com questões que várias vezes também já recebeu consideração, e até um pouco a apropriação colocada ao órgão coletivo, mas também, já por algumas vezes, na forma como as refere, sobretudo nestas componentes um pouco mais políticas, no meu entender, por vezes, entra nestas questões um bocadinho maniqueístas, como neste assunto em concreto. Efetivamente, o Fundão sabe que geralmente todos os posicionamentos que temos, não têm por detrás uma agenda partidária, política sim, agora, partidária, no sentido de que agora digo mal disto, porque há um partido que defende outra coisa, isso não. Digo que aquilo que é a intervenção do nosso concelho em termos dos seus órgãos eleitos, durante estes anos que estou a presidir à câmara municipal, lhe digo que é muito difícil ir por aí, sobretudo na intervenção do maior responsável deste concelho e dos seus Vereadores que todos eles livremente expressam o que me bem entendem, até porque são todos eleitos de igual maneira como eu sou. Sinceramente, não me lembro de uma postura sistémica, pensada de estar aqui a criticar durante reuniões a fio, provavelmente passamos um ano que às vezes a palavra partido não entra sequer na dialética destas reuniões, é raríssimo isso acontecer, mesmo até na esfera do poder local. Os Senhores Vereadores da oposição, quando questionam as questões, obviamente, que não levarão a mal, que haja outras opiniões relativamente à forma como questionam”.

Usou novamente da palavra o Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes, que referiu: “Senhor Presidente é a segunda vez, que me dizem isso, da postura maniqueísta. Não há nenhuma questão que me coloque que eu não tente profundamente até analisar e posicionar-me sobre ela, por respeito que merece e pela pertinência que têm. A minha questão é simples. No final da reunião de câmara gostaria de ter a gravação, e pelo seguinte, a primeira vez que apontou uma

consideração do género, foi relativamente a umas declarações que eu tive em relação a uma posição adotada pelo eurodeputado no Parlamento Europeu, e na altura, perdemos aqui alguns minutos, e eu aprovei a ata seguinte, porque estava lá *ipsis verbis* tudo o que eu tinha dito, e eu tinha a consciência do que tinha dito e nunca tinha acusado o Município, e foi o Senhor Presidente nas suas afirmações, que fez uma ponte que eu tinha dito que o Município se revia naquela posição, não foi, e na ata está exposto. Da mesma forma que o fiz naquela altura, e nunca toquei no assunto, eu faço o mesmo agora, portanto, na gravação, eu gostaria depois de ter acesso à gravação, gostaria depois de confrontar com a ata, e estou de consciente tranquila. Volto a afirmar, que de uma forma geral, o Município tem boa relação com o poder central, seja ele qual for, e tem que defender os seus interesses, o que eu disse foram algumas declarações que aqui são feitas dão entender o contrário, não é o caso. Por mim, dou o assunto encerrado”.

Neste momento a Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira entregou à Senhora Vereadora Dr. Joana Bento, no âmbito do Gabinete de Apoio à Vitima, a última candidatura e também as reclamações, solicitando-lhe feedback relativamente à leitura que fez das candidaturas apresentadas.

3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Abertura de crédito sob forma de conta corrente caucionada – ano de 2020

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 28 de janeiro de 2020, e que se transcreve:

“Considerando o teor da proposta aprovada em sede de reunião do executivo municipal, decorrida a 13 de dezembro de 2019, proposta que foi objeto de aprovação pela Assembleia Municipal em sessão ordinária realizada a 19 de dezembro de 2019; Considerando o teor da ata de abertura e análise das propostas para abertura de crédito sob forma de uma conta corrente caucionada pelo valor de até 1.500.000,00 datada de 22/01/2020 que se anexa. Proponho que a Câmara Municipal delibere no sentido de aprovar, ao abrigo das competências previstas no artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual: 1 - A aprovação dos termos e condições contidos na Ata de Abertura e Análise de Propostas para a Abertura de Crédito sob a Forma de uma Conta Cautcionada pelo Valor de até 1.500.000,00 €, ou seja a adjudicação ao BPI com as condições apresentadas constarão de contrato a outorgar. 2 - Que o Contrato a celebrar seja outorgado por mim, em representação do Município do Fundão.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Abertura de crédito sob forma de conta corrente caucionada – ano de 2020)

Incentivo à separação dos resíduos e à sua deposição nos ecopontos pelos utilizadores do sistema de recolha de resíduos do concelho do Fundão

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 28 de janeiro de 2020, e que se transcreve:

“Considerando que a recolha e deposição em aterro dos resíduos sólidos urbanos (resíduos indiferenciados) representa um custo para o Município do Fundão e consequentemente para os munícipes; Considerando que as tarifas de gestão de resíduos representam os custos ambientais associados à fração de resíduos sólidos urbanos indiferenciados; Considerando que estas tarifas estão associadas aos resíduos que são encaminhados para aterro, de forma a penalizar a não separação de resíduos e consequente desaproveitamento destes materiais e que a utilização de aterros para o encaminhamento e eliminação de resíduos têm vários impactos ambientais associados; Considerando que a recolha e deposição de resíduos seletivos no concelho do Fundão realizado pela Resiestrela não representa qualquer tipo de custo para o Município do Fundão, bem como para os munícipes; Considerando que os resíduos seletivos depositados nos ecopontos permitem posteriormente a reciclagem do vidro, do papel, do cartão, do plástico e metal, gerando valor na sua revenda. Considerando que é vontade do Município do Fundão contribuir para a redução da sua pegada ecológica; Considerando que a responsabilidade ambiental também é um dever de cada cidadão; Considerando que quanto maior for a deposição dos resíduos seletivos menor será o custo dos resíduos sólidos urbanos indiferenciados depositados no Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos da Cova da Beira; Considerando que é vontade do Município atribuir um benefício aos utentes do sistema de recolha de resíduos pela separação dos resíduos e sua deposição nos ecopontos; **Proponho, face aos factos e fundamentos supra expostos que, anualmente, aos aumentos das quantidades dos resíduos seletivos, como forma de incentivo à separação, seja a essas quantidades aplicada a tarifa que o Município teria que suportar caso esses resíduos tivessem sido depositados nos contentores de resíduos indiferenciados, e posteriormente devolver esse montante a todos os utilizadores do sistema de recolha de resíduos no concelho do Fundão. Anualmente, após o reporte dos dados oficiais do Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos da Cova da**

Beira - RESIESTRELA, o Município aplicará esse benefício em todas as faturas da água do mês seguinte.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Incentivo à separação dos resíduos e à sua deposição nos ecopontos pelos utilizadores do sistema de recolha de resíduos do concelho Fundão)

O Senhor Presidente aproveitou para dar conta de uma reunião com a Senhora Secretária de Estado do Ambiente, no âmbito dos modelos do quarto grupo de separação de resíduos, os resíduos orgânicos, um enorme desafio que se aproxima, e espera que se possam encontrar soluções para que isto aconteça. Relativamente ao modelo que existe, disse que o Município “quer que as pessoas façam a maior separação nos ecopontos, porque é bom para o ambiente, e também é bom para as finanças do Município, porque o lixo indiferenciado é pago pelos municípios, e o reciclado não é pago, por isso, é daquelas questões em que ganham todos, começando pelos cidadãos. Referi, aquando das comemorações do Dia do Concelho, que no orçamento de dois mil e vinte, iria tentar encontrar um modelo, creio que a nível dos municípios da região será raro, somos os primeiros provavelmente a implementá-lo, que é a atitude que nós queremos que o cidadão tenha, em fazer maior separação, e que essa atitude cívica, e meritória, possa também ter alguma premiação, mesmo que seja de natureza simbólica, e que possamos partilhar com o cidadão aquilo que são os ganhos que o Município tem relativamente a essa boa prática, ou seja, os resíduos colocados nos ecopontos e que não vão para os contentores convencionais, o que significa o princípio de ter uma poupança, porque não paga o depósito. Relembro que por cada tonelada que o Município deposita na Central de Compostagem, paga cerca de trinta e um euros, e a média nos últimos anos, foi provavelmente próxima dos trinta e sete, trinta e oito, esteve vários anos acima dos quarenta, e há alguns anos, muito próximo dos cinquenta. A proposta que trazemos e aquilo que fomos pensando, até em termos jurídicos, se isto era possível, fomos procurando ver como é que poderíamos enquadrar esta questão no nosso sistema de taxas. No ano dois mil e dezoito para dois mil e dezanove, aumentámos a tonelagem em termos de recicláveis em cerca de oito a nove por cento, e tudo aquilo que conseguirmos aumentar, significa que se aumentarmos dez, quinze ou cem toneladas de resíduo reciclado, que esse valor multiplicado pelo custo, é o valor poupança para o nosso concelho, por isso, esse valor que conseguirmos aumentar vamos reduzi-lo naquilo que é a fatura que os munícipes pagam relativamente à componente de resíduos, ou seja, quanto mais o cidadão reciclar, mais nós conseguimos reduzir aquilo que é a fatura que pagam relativamente aos resíduos. Para já, o que colocamos é aquilo que se aumenta, isto é, o valor de aumento é o valor

que nós partilhamos, e é esta a proposta que trazemos a reunião de câmara, que tem um valor bastante simbólico, mas sobretudo é uma questão de premiar também uma prática e sensibilizar muito o cidadão para esta necessidade que existe relativamente a todo este processo, e apesar do concelho ser muito extenso, ter sessenta localidades, felizmente para nós somos dos concelhos onde menos população existe na sede de concelho, comparativamente, com a média, o que obviamente faz com que as questões da concentração dos ecopontos seja diferente. A RESIESTRELA fez um grande esforço nestes últimos tempos, no ano passado aumentou o número de ecopontos no nosso concelho, passámos de cento e setenta e cinco para duzentos e trinta, o que fez com que o número absoluto em termos de recicláveis superou os oitocentos mil quilos no ano passado, e pela primeira vez ultrapassámos a barreira dos oitocentos mil quilos, com cerca de 8,4 por cento de aumento em relação ao ano anterior. Mas nós queremos mais, achamos que há margem de progressão mesmo num território muito disperso, mas mesmo assim acho que temos margem de progressão, e trazemos esta questão que vamos monitorizar, e vamos, eventualmente até em próximos anos, reforçar, mas é um caminho que sobretudo traz este efeito de grande sensibilização e chama a atenção para a questão, também até em termos de política pública local. As políticas muitas vezes não é só o valor financeiro, o valor pecuniário, muitas delas valem também por aquilo que são os valores que elas representam, e neste caso, acho que é claramente uma dessas medidas”.

O Senhor Vice-presidente interveio e referiu o seguinte: “sobre esta proposta, sublinhar a importância do aspeto cívico da comunidade do Fundão, porque como foi referido vai melhorar a fatura do próprio Município, e por isso acho que essa poupança poderia ser devolvida ao cidadão, e bem, segundo a proposta que aqui é apresentada. Face àquilo que falámos anteriormente, tenho que perguntar, se perante as afirmações que vão sendo feitas, se nós podemos criticar as afirmações que os Senhores Vereadores da oposição fazem, se estão de acordo que eu faça alguma crítica, porque sempre que se faz alguma crítica ficam sempre muito incomodados, que não deveríamos fazer a crítica, porque vocês só estão a perguntar. Na última reunião de câmara trouxemos a proposta de aprovação do tarifário dos resíduos sólidos para o ano dois mil e vinte, e apenso a essa proposta vinha o parecer da ERSAR, e fiquei estupefacto com aquilo que li na comunicação social, no seguimento de umas declarações que foram prestadas pelo Senhor Vereador Sérgio Mendes, que misturava alhos com bugalhos, misturava aquilo que era o sistema de recolha seletiva com aquilo que é referido na proposta de atualização tarifária, que teve uma proposta de atualização de tarifário, que eu novamente, aqui refiro: zero, ou seja, pelo terceiro ano consecutivo, a proposta que teve a rejeição dos Senhores Vereadores

da oposição mantém a mesma tarifa para o ano dois mil e vinte. Aquilo que nós verificámos, é que o Senhor Vereador fazendo referência àquilo que são os dados de um sistema que não é gerido pelo Município do Fundão, e essa explicação foi dada na reunião de câmara anterior, veio dizer que o Município do Fundão está muito mal naquilo que toca à recolha seletiva e que teria que fazer muito mais, e depois misturando aquilo que vem de facto no parecer da ERSAR, e que é referido em praticamente todos os pareceres da ERSAR, que existem sempre ineficiências no sistema. A ERSAR avalia os padrões de qualidade, única e exclusivamente referentes à cobertura de custos da operação de recolha e depósito dos resíduos em cada um dos concelhos, e aquilo que o Município do Fundão apresentava, é que tem uma cobertura total de cem por cento, e o indicador de qualidade era de bom, aqui salvaguardando que o sistema de recolha nem sempre corre bem, nós não estamos a dizer que não houve problemas no sistema de recolha, uns motivados pela empresa que tem o contrato de exploração da gestão, outros por greves, outros por outras razões, nós não estamos a enjeitar responsabilidades naquilo que possam ser essas origens, mas aquilo que sucedeu, é que o parecer da ERSAR é muito claro numa postura, é que diz que face aos resultados apresentados pelo Município do Fundão que existe margem para aumentar as tarifas. Falando de ineficiências, se aquilo que conta para a avaliação do desempenho de qualidade do sistema, são os custos e as receitas da operação de recolha e depósito, só há dois caminhos, ou nós reduzimos os custos ou aumentamos a receita, se os custos não podem ser diminuídos porque a operação está entregue a uma empresa, nós não podemos dizer à empresa que agora vai ter que fazer o serviço por menos dinheiro, se nós aumentarmos o número de contentores nós temos mais custos, então diminuimos a ineficiência, ou então temos outro caminho, que é aumentar a receita e penalizar o cidadão, que julgo, perante as circunstâncias, é a única viabilidade que surge para aquilo que foi essa opinião, que nós deveríamos aumentar ou tentar corrigir as ineficiências, que de facto vêm plasmadas no parecer da ERSAR que revela, que temos de facto, como muitos municípios deste País não têm, e aqui refiro e referi também nessa reunião de câmara, que nós aqui temos algo que consegue compensar esses custos que é a taxa ambiental que lançamos sobre a empresa que tem o depósito no concelho do Fundão e por isso, do ponto de vista do equilíbrio entre os custos e as receitas, conseguimos, atingir esse patamar, mas relativamente àquilo que era o padrão de custos com a recolha, diminuimos muito com o último contrato que foi realizado, e por isso, o Senhor Vereador quando faz essa denúncia, responsabilizando o Município por um sistema que não é gerido por nós, não diz que a culpa é da Câmara, e se não é da Câmara, então será do

cidadão, é isso que está a referir, então o cidadão é que não vai depositar, então tem que clarifica essa questão”.

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes interveio e disse: “o Senhor Vereador Sérgio Mendes não prestou nenhuma declaração a nenhum órgão de comunicação social, portanto, o que disse, é mentira. Os Vereadores do PS tiveram uma intervenção na última reunião privada, emitiram uma nota para a comunicação social, e na nota apenas citam que há desempenho insatisfatório, prestaram parecer, não inventámos nada. Os dados que citaram, não são do Município, são de uma base que se chama PORDATA, que retira do Instituto Nacional de Estatística, e para nós, independentemente de a comunicação ser boa ou má, ou de desconhecimento, apraz-nos o facto de trazerem uma proposta destas, quinze dias depois de nós termos falado no assunto, o que revela que estamos, as duas partes, e neste caso, todo o executivo, do mesmo lado, a pensar na melhoria da qualidade de vida, neste caso, um tema simples, que é aumentar a separação seletiva, porque se a proposta é feita nesse sentido, é porque reconhecemos todos que há um trabalho grande para fazer. Satisfaz-nos e votámos favoravelmente com muito gosto”.

O Senhor Vice-presidente interveio e referiu que “o Senhor Presidente disse na sua intervenção que anunciou esta proposta no passado dia nove de junho no Dia do Concelho, e que iria entrar em vigor no ano de dois mil e vinte. O Senhor Vereador, não sei se está à procura de algum tipo de dividendos perante a notícia que saiu relativamente a esta proposta, não sei se é esse o seu objetivo, mas de facto isto nada teve a ver com a anterior reunião, teve a ver com uma postura que a Câmara assumiu, e que mais que uma vez já tinha sido referida nesta reunião de câmara”.

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes retorquiu, “não quis tirar nenhum dividendo, falámos numa reunião de câmara privada, se o Senhor Vice-presidente é responsável pela área do ambiente, o Senhor Vice-presidente esteve presente e liderou a reunião, portanto, partindo do princípio que realmente existia, e eu acredito na sua boa-fé, acho estranho numa reunião privada, sendo um pelouro que lhe toca, não nos ter prestado essa informação, e trazê-la agora para uma reunião pública. Das duas uma, ou o Senhor Vice-presidente desconhecia, ou se conhecia, não quis apresentar a solução ou não nos quis dar informações por algum interesse pessoal, e se calhar, para tirar dividendos. E não quero tocar mais no assunto, por mim a proposta é aprovada e passamos ao ponto seguinte”.

O Senhor Vice-presidente continuou: "se a proposta estivesse feita tinha ido a essa reunião de câmara, isso parece-me evidente, e as declarações do Senhor Presidente da Câmara Municipal foram públicas".

O Senhor Presidente interveio. "O facto de ter estado doente e não poder estar presente na última reunião de câmara, provavelmente fez com que esta questão não tivesse logo eventualmente ido à primeira reunião do ano, no entanto, também referenciar que há assuntos que têm obrigatoriamente de ser analisados em reuniões públicas, este, volto a dizer, que do ponto de vista jurídico é uma questão que parece simples, mas interfere com vários regulamentos, e como tal, acho que a sua expressão numa reunião pública é mais importante, até porque, e vamos dizê-lo abertamente, é uma questão do ponto de vista da repartição do ganho público com o cidadão, e sinceramente, do ponto de vista de políticas públicas, seria bom podermos fazer mais. Uma grande responsabilidade que hoje temos é explicar ao cidadão onde é que gastamos os recursos, também acho que é importante quando o cidadão toma atitudes corretas, também poder repartir os ganhos com ele, acho que é uma abordagem muito interessante do ponto de vista do que é que o cidadão hoje nos exige na perspetiva da gestão dos dinheiros públicos. A segunda questão é que nós queremos mesmo que isto tenha muita comunicabilidade, porque queremos sensibilizar as pessoas, nem é pelo valor em si, é sobretudo pelo capital simbólico que ela tem do ponto de vista do que é valorizar boas práticas e incrementar essas mesmas práticas. A primeira vez que pensámos no assunto, ainda colocámos a hipótese que pudéssemos realizar esta questão por bairros, e eventualmente até por freguesias, ou seja, em termos relativos qual a freguesia, *per capita*, que faz uma maior seleção dos resíduos, mas para isso eu preciso ter uma monitorização de freguesia a freguesia, e isso obriga a um sistema piloto, pode ser que um dia destes lá cheguemos, que possa ser feita a medição das tonelagens produzidas de vidro, papel e de plástico, mas há um dado que temos, e que é fiável, que é o que entra na RESIESTRELA no final do dia e no final do ano, porque é a quantidade que é quantificada e até monitorizada por várias instâncias, porque é uma das grandes fontes de rendimento da própria RESIESTRELA. Dito isto, e pela positiva, acho que hoje podemos estar contentes por essa decisão, que já percebi, que vamos tomar por unanimidade relativamente a esta medida".

O Senhor Vereador Eng.º Paulo Águas interveio para dar conta que esta proposta já está prevista no "Centro Green Deal" da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, e que faz parte de uma das iniciativas que o Município do Fundão lançou a concurso, e fez uma breve explicação, a pedido do Senhor Presidente, relativamente à importância deste

Centro no âmbito da agenda ambiental. “O “Centro Green Deal” pode resumir-se muito facilmente nas ações que visam ultrapassar preocupações ambientais e enquadrar-se numa ótica de economia circular. No Fundão lançámos quatro ideias, fundamentalmente esta é uma delas, que é apoiar, em última instância, poupança para os cidadãos, e já tem inscrito que esta será uma das linhas que o Município do Fundão gostaria de trabalhar nesta questão das preocupações ambientais, e enquadrado nas questões associadas à economia circular. Temos outras que ainda precisam de ser trabalhadas, e em tempo útil serão apresentadas também aqui na reunião de câmara”.

Neste momento usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento. “Só para esclarecer, porque o Senhor Vice-presidente faz um bolo, de tudo e daquilo que foi a intervenção na reunião privada, faz a intervenção daquilo que foi dito por ele na reunião privada, e apenas diz que os Vereadores votaram contra, e não explica o porquê dos Vereadores terem votado contra, mas eu vou passar a ler, e foi com base neste parecer da ERSAR que nós não aprovamos: *acresce ainda informar que, pelo incumprimento dos regulamentos tarifários em concreto, o regulamento tarifário de resíduos, está em incumprimento, poderá a entidade titular incorrer num processo contraordenacional, mais diz que: o serviço de gestão de resíduos sólidos urbanos para dois mil e vinte, não cumpre com as disposições legais, não cumpre com uma recomendação*”. Foi com base nisto, com esta justificação deste parecer, a título preventivo, que nós estamos contra, e era importante dizer isso, e o Senhor Vice-presidente, mais uma vez tende a omitir as coisas como são. Aproveito esta intervenção, Senhor Presidente, e permita-me, porque esta reunião de câmara foi um chorrilho de situações que não abonam nada em nosso favor, para lhe dizer o seguinte: os grandes temas, nós devemos trazê-los sempre a reunião de câmara, essa sempre foi a nossa postura e preocupação, devemos fazer as questões que entendemos que são as necessárias e que são legitimadas no nosso mandato, e nós quando perguntamos aqui fazemo-lo em primeira fase aqui, as posições político-partidárias que são tomadas, posteriormente das nossas intervenções, como deve calcular o Senhor Presidente da concelhia do PSD pode responder, não sei se o Senhor Vice-presidente pode responder, mas a Vereadora não pode responder, porque as questões que interessam ao Município do Fundão são pelos Vereadores do PS trazidos em primeira mão e questionadas aqui, não nos podem acusar de ausência ou falta de relação institucional com vocês, porque os assuntos que interessam vêm sempre a reunião de câmara e são questionados aqui, se a informação é-nos dada, isso já é outra questão que já discutimos na reunião privada, e quero aproveitar para agradecer ao Senhor Vereador Paulo Águas a informação que me trouxe em relação ao Regadio a Sul da Gardunha, e

que me entregou hoje na reunião de câmara, que foi pedida em dezembro. É este o estado muitas vezes daquilo que acontece aqui, da ausência de informação, mas não, os Vereadores não sabem nada, são infantis, e é assim que Senhor Vice-presidente qualifica quando não dá informação que já solicitámos muitas vezes”.

O Senhor Presidente disse, relativamente há questão dos pareceres do ERSAR, que são muito interessantes, porque “quando os lemos na totalidade ficamos às vezes com uma dúvida. Mas então, temos ou não um tarifário adequado relativamente àquilo que é a realidade do nosso concelho e da nossa comunidade. Às vezes também ficamos com a dúvida se temos ou não um bom serviço, porque no mesmo parecer que referenciou, também diz que a qualidade é boa do ponto de vista do equilíbrio tarifário, porque há aqui uma questão muito complicada, até de explicar ao próprio cidadão que somos obrigados também por legislação a cobrir os custos relativamente a estas questões, ou seja, nós não podemos ter tendencialmente uma coisa que nós não conseguimos cobrar ao cidadão o que custa o serviço, até pelo princípio do poluidor-pagador. É uma legislação europeia que em grande parte já está na nossa esfera jurídica, e uma das grandes questões do ERSAR é, *demonstrem, com o que cobram ao cidadão, se vocês cobrem os custos que têm relativamente à recolha e depósito dos resíduos*. Eu diria que nesse aspeto estamos bem porque estamos muito acima desse valor, e isso é adequado em termos do que é uma política pública ambiental, que tem também de ser explicada ao cidadão, que custos ambientais relativamente ao que é a recolha e o tratamento dos resíduos. Se nós disséssemos que era gratuita a recolha e o tratamento de resíduos, tenho a sensação que eventualmente havia menos preocupação relativamente a essas questões, acho que se a água fosse gratuita, é provável que as pessoas tivessem uma atitude mais irracional do ponto de vista do uso da água, que é um bem, sobretudo a água de qualidade, que é um bem escasso. Acho que essas são posturas adequadas, e o sistema em termos do funcionamento também é bom e adequado. Para o ERSAR os tarifários devem ter mais ou menos classes, ou seja, devem estar divididos em cinco ou três classes, ou se o tarifário social é ou não adequado, apesar de muitas vezes os tarifários sociais que eles consideram que são mais adequados, são menos favoráveis ao cidadão, como acontece no nosso caso. Não é por acaso, que apesar de ser uma entidade reguladora, os pareceres não são vinculativos, e se calhar tem que ser mesmo um pouco assim, os pareceres do ERSAR são tomados um pouco por princípios de recomendação de boa gestão pública, que têm questões que consideram que já cumprimos, outras que devemos caminhar nesse sentido, mas, não é por acaso que os pareceres não são vinculativos, e acho que é isso também lhe dá até um valor construtivo e pedagógico mais adequado. Acho que em Portugal deve haver trinta por cento dos

municípios, em que a questão central do poluidor-pagador, ou seja, o que cobram ao cidadão é muito próximo dos custos do sistema, mais de noventa por cento, isto é, até este diferencial de dez por cento para cima ou para baixo, que se toma como prática adequada, só tem uma variação relativamente ao ótimo de dez por cento, isso significa que todos os pareceres do ERSAR neste País relativamente aos resíduos, não cumprem um princípio geral, até de um quadro de legislação europeia, que é consagrar o princípio do poluidor-pagador”.

O Senhor Vice-presidente usou novamente da palavra para dizer que “relativamente às razões que foram invocadas pela oposição, para não utilizar aqui a expressão Partido, dizer que assumimos claramente que não estamos a cumprir o regulamento de tarifário, que tem quase a figura de Lei. Não o cumprimos, e não cumprimos também na parte da água, é também uma das grandes justificações porque nós ainda não procedemos à revisão do contrato de concessão, porque, se nós adaptarmos diretamente e se diminuirmos os escalões de consumo que existe, tanto no regulamento de tarifário de resíduos sólidos indiferenciados, e se esmagarmos os escalões que atualmente temos no abastecimento de água, o utilizador final pagaria mais, e nós assumimos isso, nós trazemos pelo terceiro ano consecutivo a mesma proposta para manter a tarifa de resíduos sólidos urbanos, e assumimos claramente que não estamos a cumprir o regulamento de tarifário dos resíduos, porque isso protege o cidadão, mas nós vamos ter que o fazer, e o Senhor Presidente estava a referir, e bem, que tem a ver com os indicadores de qualidade, sobretudo aqueles que cobrem o princípio do utilizador-pagador e do poluidor-pagador, porque há fundos comunitários, tanto na área do abastecimento de água como nos resíduos, que obrigam ao cumprimento dessa meta, e para isso acontecer, obviamente, o utilizador de cada um desses serviços vai ter que suportar essa fatura, e é por essa razão que nós, relativamente à água, não procedemos ainda a essa revisão, mas no caso dos resíduos, nós assumimos claramente que não o temos, mas vamos ter que o fazer”.

Usou da palavra o Senhor Vereador Eng.º Paulo Águas que, dirigindo-se à Senhora Vereadora Dra. Joana Bento, e relativamente ao pedido de documentação sobre o Regadio a Sul da Gardunha disse: “queria só deixar claro que não foi intencional só ter chegado a informação à Senhora Vereadora hoje, e eu vou-lhe explicar porquê. Se tomar atenção aos documentos que eu lhe dei, apenas no dia dezassete de janeiro veio o parecer definitivo da DGADR – Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, que aceitou a candidatura. Portanto, vamos ser coerentes e inteligentes. Eu não vou submeter uma candidatura ao programa nacional, em que temos cerca de quatrocentos milhões em candidatura para sessenta milhões que estão em causa, quando temos problemas de sabermos quantas candidaturas vão ser aceites, será interessante

para a entidade gestora pôr algumas candidaturas de fora, especialmente quando gera um problema grave dentro de uma das candidaturas, que a oposição interna entre eles, começam a criar uma entropia continua nos jornais sobre o assunto, portanto, até que saísse o parecer definitivo, eu nunca lhe daria informação, e isto foi concertado, como deve calcular, com os nossos parceiros de candidatura”.

A Senhora Vereadora Dra. Joana Bento interveio e disse, “como deve calcular, quando foi a assinatura do protocolo, e ele veio a reunião de câmara, eu pedi-lho, e tinha-o afirmado na altura, que não mo podia dar, mas não se esqueçam que os Vereadores quando assinaram aquele protocolo, deviam ter conhecimento do projeto na totalidade”.

O Senhor Presidente disse: “pelo que percebi, a documentação foi solicitada em dezembro e só chegou às suas mãos em janeiro. Não é assim tão estranho do ponto de vista dos prazos. O Senhor Vereador referenciou hoje que iria entregar-lhe a documentação que tinha solicitado, para além das apresentações que houve na Assembleia Municipal, e de uma exposição muito sucinta relativamente às grandes questões no âmbito deste sistema, que também já foi aqui abordado e discutido, não haja dúvida nenhuma que qualquer Vereador tem a obrigação de pedir todos os dados, e obviamente nós procuraremos sempre encontrar a forma de responder, sendo que a preocupação do Senhor Vereador Paulo Águas, é uma preocupação mais estratégica, e peço aos Senhores Vereadores que relativamente a assuntos, pela sua exposição pública, que podem de certa forma prejudicar aquilo que é um interesse vital do Município, haja uma preocupação relativamente à forma como se comunica, e eu tenho tido a melhor resposta de todos os Senhores Vereadores, nomeadamente dos Senhores Vereadores da oposição, tenho que o aqui dizer, porque é verdade e é justo, por isso, eu peço, que neste tipo de assuntos, como este em concreto, porque já o fizemos até noutras instâncias, que se procure sempre canais informais, que não só as reuniões de câmara. Temos aqui uma situação de alguma sensibilidade, como tal percebo a preocupação do Senhor Vereador Paulo Águas relativamente a esses dados. A informação foi facultada passado sensivelmente um mês e meio, foi trabalhada do ponto de vista de um sumário executivo, o que acho que foi bom, e se for preciso mais informação será facultada. Dizer que relativamente a esse, e a qualquer um outro projeto, se for necessário termos todas as reuniões que considerarmos adequadas, obviamente para além de discutidos em reuniões de câmara, haver reuniões com técnicos para ajudar na interpretação e terem todos uma melhor perceção, até para ajudar noutros fóruns a defender este projeto e também terem argumentos, estamos sempre disponíveis, como estivemos, acho que já o fizemos algumas vezes, mas sempre que é necessário ter um processo de maior profundidade, a Câmara Municipal, e

peço que todos os Senhores Vereadores, começando pelo Presidente, obviamente, esteja sempre disponível para isso, e volto a dizer, até porque a reunião de câmara, teve aqui várias *nuances*, mas também deixem-me fazer o meu papel, que neste caso é um papel que também vem ao encontro de uma verdade, sempre que foi preciso falar com qualquer dos Senhores Vereadores, nomeadamente os Senhores Vereadores da oposição, relativamente a assuntos sensíveis para o Município, eu tenho tido a melhor das respostas”.

O Senhor Vereador Eng.º Paulo Águas usou novamente da palavra. “Não se pode confundir o voto sobre um protocolo de iniciativa da tutela que é proposto pelo Ministério da Agricultura, através da Direção Regional de Agricultura do Centro, que é o proponente do protocolo, com a questão do relatório técnico do estudo de viabilidade, que são coisas claramente distintas. O que nós votámos aqui, e votámos todos com o mesmo conhecimento, que era o que estava sobre o protocolo, é um documento de iniciativa do Ministério da Agricultura, e é uma peça obrigatória da organização da candidatura, portanto, o que nós fizemos foi o voto sobre um protocolo proposto, obrigatório e igual para todas as candidaturas deste País, ou seja, nós não votámos a candidatura A, B, ou C, votámos um protocolo proposto pelo Ministério da Agricultura, que foi igual para a nossa candidatura, para a de Alfândega da Fé, do Algarve, de todo o País, a única *nuance* que tinha relativamente ao nosso, era o valor total da candidatura, que devido à dimensão, o nosso tinha que ser sempre o máximo, que era quinze milhões de euros. Os dados técnicos que eu lhe fiz chegar hoje, só foram oficialmente aceites no dia dezassete, portanto, qual seria a lógica de eu lhe divulgar dados que não estavam oficialmente aceites para candidatura, e mais, se olhar para a documentação que eu lhe facultei não tem um mapa, se nós divulgarmos os mapas sobre a localização da área eventualmente a beneficiar, vamos provocar especulação imobiliária, vamos especular sobre terrenos que não fazemos a mínima ideia se virão a ser beneficiados, ou não. Todo este tipo de ação e candidatura deverá ter em alguns pontos as suas reservas, acho que compreende isto. A informação que está consigo é exatamente igual à dos nossos parceiros de projeto, a consulta dos mapas até hoje foi feita pelo Diretor Regional de Agricultura, pelo Senhor Presidente da Câmara e pela sua equipa de Castelo Branco. São mapas e documentos que estão guardados e que podem ser consultados no gabinete, mas não deverão ser divulgados. Os dados relativos ao projeto, do ponto de vista económico e do ponto de vista da viabilidade técnica, estão consigo, porque acho que são importantes. Volto a frisar, não confundir o protocolo com o projeto técnico, o que nós votamos, foi o protocolo”.

Neste seguinte, a Senhora Vereador Dra. Joana Bento referiu: “não foi isso que eu disse, aquilo que o Senhor Vereador quis fazer, foi passar um atestado de incompetência, e isso até lhe

fica mal, porque aquilo que eu fiz na altura que ia fazer alusão ao protocolo foi marcar uma data, uma questão temporal, foi quando a questão do regadio veio a esta reunião através do protocolo, e na altura, dirigi-me ao seu gabinete com o Senhor Vereador e estivemos a falar, e o Senhor Vereador disponibilizou-se a ceder-me o projeto com as reservas naturais que faz, mas uma coisa eu já percebi Senhor Vereador, e já percebi deste executivo, e depois, antes de dizer isto, tem aqui uma alusão que para mim é infeliz, dizer que não passa, e que não passa por causa de uma dita oposição interna, é lamentável Senhor Vereador, e percebi que claramente não confia nos Vereadores pelo facto de negar a informação e os mapas, sabendo eu perfeitamente, aquilo que tínhamos conversado, quer exatamente à reserva que fez, e bem, na minha opinião, mas qual é que era o meu objetivo em divulgar os mapas, Senhor Vereador. Portanto, a sua intervenção foi passar um atestado de incompetência, que eu não aceito, aos Vereadores”.

O Senhor Vereador Eng.º Paulo Águas interveio e referiu: “se é essa efetivamente a sua leitura, tenho pena. Tenho pena de lhe dizer que há muitos inimigos dos projetos de regadio, há inimigos por serem contra, há inimigos porque consideram que a utilização da água e a reserva da água é um atentado ambiental, há inimigos por razões políticas, há inimigos com medo de perder a água que consideram sua e que não querem partilhar, é esta a oposição interna de que eu falo”.

Aprovação da minuta do contrato-programa a celebrar entre o Município do Fundão e a Freguesia de Castelo Novo

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 23 de janeiro de 2020, e que se transcreve:

“Considerando que a Freguesia de Castelo Novo solicitou a atribuição de um apoio para as obras de melhoramento das casas de banho públicas; Considerando que o pedido foi devidamente instruído conforme o disposto no artigo 8.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias; Considerando que a alínea b) do artigo 2 deste Regulamento determina que a atribuição de apoios às freguesias visa, designadamente, o apoio de forma criteriosa a iniciativas das freguesias que promovam atividades de relevante interesse municipal; Considerando que o objetivo desta obra e o esforço de investimento é de indiscutível importância para a freguesia; **Proponho**, face aos factos e com os fundamentos que se deixam expostos, e nos termos do artigo 3.º alínea b) e 13.º n.º 1 do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de

aprovar a minuta do contrato-programa que segue em anexo à presente proposta e que dela fica a fazer parte integrante, atribuindo um apoio no montante de € 5.000,00.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Aprovação da minuta do contrato-programa a celebrar entre o Município do Fundão e a Freguesia de Castelo Novo)

4 – DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

As informações referidas no texto da ata, encontram-se devidamente arquivadas nos respetivos processos na Divisão de Gestão Urbanística.

Teresa Botão Martins e Outro – legalização de habitação unifamiliar e arrumos agrícolas

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização de habitação unifamiliar e arrumos agrícolas, na Quinta da Vinha das Almas, Vale de Prazeres.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas nos pontos 1 2 do n.º 7 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Teresa Botão Martins e Outro – legalização de habitação unifamiliar e arrumos agrícolas)

Amália Gertruda Petronella Cornelissen e Outro – construção de habitação unifamiliar e arrumos agrícolas

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de construção de habitação unifamiliar e arrumos agrícolas, no Prado, Vale de Prazeres.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 2 do n.º 6 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 7.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Amália Gertruda Petronella Cornelissen e Outro – construção de habitação unifamiliar e arrumos agrícolas)

NOS Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. – instalação de infraestruturas de suporte de estação de radiocomunicações e respetivos acessórios – processo n.º 173/19

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à instalação de infraestruturas de suporte de estação de radiocomunicações e respetivos acessórios, na Rua do Cabeço, Mata da Rainha.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido: conforme proposta no n.º 8, da informação técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao requerente.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (NOS Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. – instalação de infraestruturas de suporte de estação de radiocomunicações e respetivos acessórios – processo n.º 173/19)

NOS – Comunicações, S.A. – autorização para passagem de rede em apoios existentes – processo n.º 217/19

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à autorização para passagem de rede em apoios existentes, em diversas artérias da cidade do Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido: nas condições apontadas no ponto 1 do n.º 3 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 4.”

Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (NOS – Comunicações, S.A. – autorização para passagem de rede em apoios existentes – processo n.º 217/19)

NOS – Comunicações, S.A. – autorização de passagem da rede em apoios existentes – processo n.º 218/19

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à autorização de passagem da rede em apoios existentes, em diversas artérias da cidade do Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido: nas condições apontadas no ponto 1 do n.º 3 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 4.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (NOS – Comunicações, S.A. – autorização de passagem da rede em apoios existentes – processo n.º 218/19)

NOS – Comunicações, S.A. – autorização para passagem de rede em apoios existentes – processo n.º 219/19

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à autorização para passagem de rede em apoios existentes, no Caminho de São Pedro Novo, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido: nas condições apontadas no ponto 1 do n.º 3 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 4.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (NOS – Comunicações, S.A. – autorização para passagem de rede em apoios existentes – processo n.º 219/19)

NOS – Comunicações, S.A. – autorização para instalação de rede de comunicações eletrónicas em infraestruturas existentes – processo n.º 221/19

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à autorização para instalação de rede de comunicações eletrónicas em infraestruturas existentes, em diversas artérias das localidades de Aldeia Nova do Cabo e Aldeia de Joanes.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido: nas condições apontadas no ponto 1 do n.º 3 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 4.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (NOS – Comunicações, S.A. – autorização para instalação de rede de comunicações eletrónicas em infraestruturas existentes – processo n.º 221/19)

NOS – Comunicações, S.A. – instalação de rede de comunicações eletrónicas em infraestruturas existentes – processo n.º 224/19

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à instalação de rede de comunicações eletrónicas em infraestruturas existentes, na Avenida Doutor Alfredo Mendes Gil, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido: nas condições apontadas no ponto 1 do n.º 3 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 4.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (NOS – Comunicações, S.A. – instalação de rede de comunicações eletrónicas em infraestruturas existentes – processo n.º 224/19)

NOS – Comunicações, S.A. – autorização de passagem da rede em apoios existentes – processo n.º 232/19

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à autorização de passagem da rede em apoios existentes, no Caminho de São Pedro e Avenida Eugénio de Andrade, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido: nas condições apontadas no ponto 1

do n.º 3 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 4.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (NOS – Comunicações, S.A. – autorização de passagem da rede em apoios existentes – processo n.º 232/19)

NOS – Comunicações, S.A. – autorização para instalação de rede de comunicações eletrónicas em infraestruturas existentes – processo n.º 233/19

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à autorização para instalação de rede de comunicações eletrónicas em infraestruturas existentes, em diversas artérias da cidade do Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido: nas condições apontadas no ponto 1 do n.º 3 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 4.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (NOS – Comunicações, S.A. – autorização para instalação de rede de comunicações eletrónicas em infraestruturas existentes – processo n.º 233/19)

NOS – Comunicações, S.A. – construções de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicação eletrónicas – processo n.º 234/19

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às construções de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicação eletrónicas, no Caminho de São Pedro e Rua Loteamento da Boavista, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido: nas condições apontadas no ponto 1 do n.º 3 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 4.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (NOS

– Comunicações, S.A. – construções de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicação eletrónicas – processo n.º 234/19)

NOS – Comunicações, S.A. – autorização para instalação de rede de comunicações eletrónicas em infraestruturas existentes – processo n.º 235/19

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à autorização para instalação de rede de comunicações eletrónicas em infraestruturas existentes, em diversas artérias da cidade do Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido: nas condições apontadas no ponto 1 do n.º 3 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 4.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (NOS – Comunicações, S.A. – autorização para instalação de rede de comunicações eletrónicas em infraestruturas existentes – processo n.º 235/19)

NOS – Comunicações, S.A. – construções de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicação eletrónicas – processo n.º 236/19

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às construções de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicação eletrónicas, em diversas artérias da cidade do Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido: nas condições apontadas no ponto 1 do n.º 3 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 4.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (NOS – Comunicações, S.A. – construções de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicação eletrónicas – processo n.º 236/19)

NOS – Comunicações, S.A. – autorização de passagem da rede em apoios existentes – processo n.º 04/20

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à autorização de passagem da rede em apoios existentes, em diversas artérias da cidade do Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido: nas condições apontadas no ponto 1 do n.º 3 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 4.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (NOS – Comunicações, S.A. – autorização de passagem da rede em apoios existentes – processo n.º 04/20)

NOS – Comunicações, S.A. – autorização de passagem da rede em apoios existentes – processo n.º 05/20

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à autorização de passagem da rede em apoios existentes, em diversas artérias da cidade do Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido: nas condições apontadas no ponto 1 do n.º 3 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 4.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (NOS – Comunicações, S.A. – autorização de passagem da rede em apoios existentes – processo n.º 05/20)

NOS – Comunicações, S.A. – instalação de rede de comunicações eletrónicas em infraestruturas existentes – processo n.º 06/20

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à instalação de rede de comunicações eletrónicas em infraestruturas existentes, na Rua Doutor Aurélio Pinto e EN18, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido: nas condições apontadas no ponto 1

do n.º 3 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 4.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (NOS – Comunicações, S.A. – instalação de rede de comunicações eletrónicas em infraestruturas existentes – processo n.º 06/20)

NOS – Comunicações, S.A. – autorização para instalação de rede de comunicações eletrónicas em infraestruturas existentes – processo n.º 08/20

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à autorização para instalação de rede de comunicações eletrónicas em infraestruturas existentes, em diversas artérias da cidade do Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido: nas condições apontadas no ponto 1 do n.º 3 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 4.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (NOS – Comunicações, S.A. – autorização para instalação de rede de comunicações eletrónicas em infraestruturas existentes – processo n.º 08/20)

Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Silvares – alteração de edificação para estrutura residencial para idosos

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de alteração de edificação para estrutura residencial para idosos, no Vale das Relvas, Silvares.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no n.º 7 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma.

(Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Silvares – alteração de edificação para estrutura residencial para idosos)

Salsicharia da Gardunha, Lda. – legalização e ampliação de edifício de indústria tipo 3

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização e ampliação de edifício de indústria tipo 3 (transformação de produtos à base de carne), sito na Zona Industrial do Fundão – lotes 106, 107, 108 e 114, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura condicionando: ao apontado no ponto 1 2 do n.º 7 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Salsicharia da Gardunha, Lda. – legalização e ampliação de edifício de indústria tipo 3)

José da Costa Simão Pires – legalização de ampliação de moradia unifamiliar

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização de ampliação de moradia unifamiliar, no Sítio da Arieira, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no n.º 7 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 7.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (José da Costa Simão Pires – legalização de ampliação de moradia unifamiliar)

António Manuel Martins Mendes – edificação agrícola - legalização

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização de edificação agrícola, sita na Coitada, Alcaide.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Notificar o requerente: conforme e nos termos propostos no n.º 4 da informação técnica prestada.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (António Manuel Martins Mendes – edificação agrícola - legalização)

Comercialização de Materiais de Construção Helbeta, Lda. – construção de pavilhão industrial, comércio/armazém

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à construção de pavilhão industrial, comércio/armazém, sito no lote 205 – Zona Industrial do Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 2 do n.º 5 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 6 .”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Comercialização de Materiais de Construção Helbeta, Lda. – construção de pavilhão industrial, comércio/armazém)

Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A. – posto de abastecimento de combustíveis para venda ao público

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa ao reposicionamento de tanques – posto de abastecimento de combustíveis para venda ao público, na Rua da Quinta da Arieira, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de Posto de Abastecimento de Combustíveis para venda ao público nas condições da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do número 6.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A. – posto de abastecimento de combustíveis para venda ao público)

Sofia Maria Lucas Domingues – unidade ligada à transformação de produtos agrícolas – legalização e alteração

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização e alteração de unidade ligada à transformação de produtos agrícolas (moradia, edificação agrícola e muros de vedação), na Feiteira, Soalheira.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no n.º 7 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 7.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Sofia Maria Lucas Domingues – unidade ligada à transformação de produtos agrícolas – legalização e alteração)

Sílvia Pereira Campos Moreira – unidade ligada à transformação de produtos agrícolas – habitação unifamiliar e anexos de apoio agrícola

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização de unidade ligada à transformação de produtos agrícolas – habitação unifamiliar e anexos de apoio agrícola, sita na Marnela, Souto da Casa.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no n.º 8 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Sílvia Pereira Campos Moreira – unidade ligada à transformação de produtos agrícolas – habitação unifamiliar e anexos de apoio agrícola)

Hotelaria & Turismo Carlos Couto, Lda. – ocupação da via pública

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à ocupação da via pública – Avenida da Liberdade, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido: nas condições e características

apontadas na info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Hotelaria & Turismo Carlos Couto, Lda. – ocupação da via pública)

NOS Comunicações, S.A. – autorização para instalação de cabos em postes na via pública – processo n.º 238/19

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à autorização para instalação de cabos em postes na via pública, no Bairro do Jogo da Bola, Rua do Outeiro e Rua das Flores, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido: nas condições apontadas no ponto 1 do n.º 3 da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 4.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (NOS Comunicações, S.A. – autorização para instalação de cabos em postes na via pública – processo n.º 238/19)

Sodifundão – Supermercados, Lda. – redução de taxas

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à redução em 75% do valor das taxas no âmbito do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Concelho do Fundão (alteração de estabelecimento comercial), em Vale de Canas, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido de redução do pagamento de taxas, de acordo com a proposta do n.º 4 da informação técnico administrativa prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao requerente; e nos termos do n.º 4.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Sodifundão – Supermercados, Lda. – redução de taxas)

Alteração do Plano de Pormenor da Área Poente do Fundão – prorrogação de prazo

Foi apresentada à Câmara uma proposta da Divisão de Gestão Urbanística, datada de 8 de janeiro de 2020, e que se transcreve.

“A Câmara Municipal do Fundão deliberou a 26 de outubro de 2018, iniciar o procedimento relativo à Alteração do Plano de Pormenor da Área Poente do Fundão tendo sido, a respetiva deliberação divulgada através da publicação em *Diário da República* 2.ª Série, n.º 248, de 26 de dezembro de 2018, através do Aviso (extrato) n.º 19308/2018, nos termos do disposto no n.º1 do artigo 76.º, conjugado com a alínea c) do n.º 4 do artigo 191.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio. Ainda, na sequência da deliberação do início do procedimento de alteração ao Plano, a Câmara Municipal do Fundão determinou a respetiva elaboração por um prazo de 365 dias, sem prejuízo da sua prorrogação, por uma única vez, por um período máximo igual ao previamente estabelecido, nos termos do n.º 6 do artigo 76.º do RJIGT. No entanto, e tendo em consideração a necessidade de adequação do Plano às atuais opções estratégicas do município que determinaram a presente alteração, o prazo estabelecido inicialmente revelou-se insuficiente, derivado a contingências várias decorrentes essencialmente da integração das diversas modificações associadas às novas dinâmicas políticas, económicas, sociais e culturais, sendo por isso determinante proceder à sua prorrogação. Nestes termos, e considerando que o prazo estabelecido de 365 dias terminou a 03 de janeiro de 2020 propõe-se, com efeitos a 04 de janeiro de 2020, a prorrogação do mesmo por mais 365 dias, de acordo com a deliberação supracitada e conforme constante no n.º 7 do artigo 76.º do RJIGT “ (...) *O não cumprimento dos prazos estabelecidos determina a caducidade do procedimento.*” **Assim, e tendo em consideração o supracitado, propõe-se que a Câmara Municipal do Fundão delibere o seguinte:**1 - Aprovar a prorrogação do prazo para elaboração da Alteração do Plano de Pormenor da Área Poente do Fundão por um período de 365 dias, com efeitos a 04 de janeiro de 2020, a contar da data do fim do prazo estabelecido nos termos do Aviso (extrato) n.º 19308/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 248, de 26 de dezembro de 2018, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 76.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio; 2 - Aprovar a publicação do Aviso e o teor da presente deliberação para publicação na 2.ª série do *Diário da República*, e a sua divulgação através da comunicação social, da plataforma colaborativa de

gestão territorial e no sítio da Internet deste Município em www.cm-fundao.pt, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 76.º, a alínea c) do n.º 4 do artigo 191.º e o artigo 192.º do RJIGT; 3 - Comunicar à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Centro (CCDRC) o teor da presente informação e deliberação.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Alteração do Plano de Pormenor da Área Poente do Fundão – prorrogação de prazo)

5 – INFORMAÇÕES

Balancete do dia 28 de janeiro de 2020

Total de Disponibilidades -----	2.001.484,10€
Total de Movimentos de Tesouraria -----	2.111.694,46€
Operações Orçamentais -----	1.757.132,47€

A Câmara Municipal tomou conhecimento do balancete relativo ao dia 28 de janeiro de 2020.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Esteve presente nesta reunião de câmara o Senhor Daniel Silva, dirigindo-se ao executivo desta forma. “Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmo. Senhor Vice-presidente e Ex.^{mos} Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras. Por mês, existe apenas uma reunião da Câmara Municipal que é pública. Várias câmaras municipais já procederam à alteração desta situação tornando todas as reuniões de câmara abertas ao público. A esta Câmara Municipal, na pessoa de sua Excelência o Senhor Presidente solicito na qualidade de cidadão e munícipe a alteração, tornando todas as reuniões abertas ao público, tudo em nome da transparência. Este é o meu primeiro pedido. O meu segundo pedido é sobre a rede social, tem a ver com a loja social aqui do Fundão. A roupa que dão, existem algumas regras, em que só dão roupa uma vez por estação, recebe também, por exemplo, pão e bolos, e esses só são distribuídos a pessoas com rendimentos mensais de cento e tal euros, e quem ultrapassar esses rendimentos já não tem direito, por assim dizer, não conjugam rendimentos com a despesa, e muitos não recebem o salário mínimo e muitos recebem mais do que cento e tal/duzentos/trezentos euros, portanto, vinha aqui solicitar que possa ser estudada e alterada essa situação, para que todas as situações

sejam avaliadas e não ter uma tabela fria, mas que os assuntos sejam estudados caso-a-caso. É tudo e muito obrigado”.

O Senhor Presidente agradeceu a sua intervenção e explicou, “relativamente à primeira questão que nos coloca e que foi aqui muito debatida, é que nós há muitos anos temos esta prática de ter uma reunião privada e uma reunião pública mensalmente. Todas as reuniões das câmaras são atos públicos, o que significa que tudo aquilo que nós aqui fazemos ou intervimos é transcrito depois para as atas, bem como todas as suas deliberações, que têm que estar acessíveis ao cidadão, e essa informação está também publicada *online*, e que permite o acompanhamento de todo o trabalho do executivo. Essa prerrogativa da Lei de permitir reuniões abertas ao público e outras mais reservadas àquilo que é o próprio executivo, ou seja, nós tomamos decisões executivas e também estamos a falar de um órgão político, seguramente, que tem alguma relevância também política, mas somos sobretudo um órgão executivo. A decisão de cada um de nós, não só nos obriga, do ponto de vista do que é que decidimos, como nos permite a todos, nomeadamente ao cidadão, avaliar em concreto como é que votámos e nos responsabiliza, acima de tudo, se a decisão foi tomada justamente, e sobretudo legalmente, em termos do presente e do futuro. Digo-lhe com alguma tristeza, e desde que me recordo no Município do Fundão, nas suas reuniões públicas, o senhor cidadão que hoje se aproximou e aqui esteve de forma bastante estoica durante estas horas, deixe-me dizer-lhe que faz parte de um número muito ínfimo, que se podem contar pelos dedos das mãos, estamos a metade do mandato, e se calhar, ao longo destes últimos dois anos, não tenham estado cinco pessoas em todas as reuniões públicas de câmara. Relativamente a esta questão da participação temos todo o gosto que ela exista, as reuniões são sempre às segundas e quartas sextas-feiras de cada mês, sendo a quarta sexta-feira, reunião pública. Percebo a questão colocada, é bastante legítima, foi uma questão muito discutida, mas eu particularmente gosto do equilíbrio entre as reuniões públicas e a reunião de um órgão executivo que tem de tomar decisões executivas na reunião privada, e acho que esse equilíbrio traz melhoria, muitas vezes na forma como olhamos para as questões de grande responsabilidade que temos que decidir. Relativamente ao segundo aspeto que aqui trouxe, em primeiro lugar dizer-lhe que não há sistemas perfeitos ligados à ação social. A nossa postura foi olhar um pouco para os rendimentos *per capita* da família e ter isso como um fator importante, mas não é o único, utilizam-se outras abordagens e outras questões, e às vezes a abordagem tende a ser um pouco mais mecanizada. Acredito que possa acontecer, e se tem conhecimento que aconteça, obviamente a sua intervenção vem no sentido de sensibilizar a Câmara Municipal para que não aconteça. Ainda estamos longe de poder assegurar que todos os

cidadãos com necessidades sejam ajudados, mas também lhe posso dizer que estamos mais perto do que estávamos, e esse é também o caminho que vamos continuar a percorrer, e se no caso concreto, possa precisar de o expressar que não aqui, mas expressá-lo à Senhora Vereadora do Pelouro, Dra. Alcina Cerdeira, ou aos próprios serviços, tem obviamente as portas abertas da Câmara Municipal”.

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira. “Dizer que iremos ter em conta a sua intervenção, de qualquer modo ao longo destes anos todos, o modelo de entrega de roupa às pessoas foi sendo melhorado, foi feita uma parceria com a Cáritas e a Cruz Vermelha. Dizer que atualmente até diminuiu o número de pessoas que nos procuram na loja social, temos também programas de entrega de bens alimentares às famílias para poderem confeccionar nas suas próprias casas, temos também outras medidas, em que as pessoas levam a comida já confeccionada, porque não têm oportunidade de cozinhar, temos muitas situações em que as próprias entidades entregam e fazem refeições, nomeadamente a Santa Casa da Misericórdia do Fundão e outras entidades, com as quais também temos acordos, portanto há aqui muitas respostas. Relativamente há roupa, chegámos à conclusão que tínhamos excesso de roupa e até colocamos contentores na cidade, para trocarmos a roupa pelos alimentos, o que significa que temos imensas roupa para entregar, portanto, se tiver conhecimento de alguém que necessite, nós temos efetivamente para entregar, e até temos em excesso. Queria efetivamente dar-lhe conta destas questões, em que trabalhamos em rede para que chegue a todos, e de uma forma adequada.”

O Senhor Presidente pediu à Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira que recebesse o Senhor Daniel para que pudesse colocar as questões de forma mais concreta, para analisar melhor a situação, para que este Município, na área social, seja mais justo e equilibrado no apoio social às pessoas necessitadas.

E nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu como encerrada a reunião. Para constar se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

O Presidente _____

A Diretora do Departamento de Administração e Finanças _____